



4
[Handwritten signature]

ATA N.º 16 – Aos dezassete dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 21 horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Ata N.º 15 – Sessão Ordinária de 29 de abril de 2016; -----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município; -----
- 3 – Prestação de Contas Consolidadas de 2015; -----
- 4 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros; -----
- 5 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros para obras diversas; -----
- 6 – Estudo de sinalização de trânsito e estacionamento proibidos a pesados na Rua da Quinta, Rua da Cinquenta, Rua Floresta e Mar, Rua da Portela, Rua das Flores e Rua da Jacinta, como medida de mitigação da circulação de camiões em área residencial e de estacionamento indevido na Rua da Quinta, em Nogueira da Regedoura; -----
- 7 – Reclassificação das passagens de nível na Linha do Vouga (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*); -----
- 8 – Documentos de Prestação de Contas de 2015 da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (*para conhecimento*); -----
- 9 – Documentos de Prestação de Contas de 2015 da Área Metropolitana do Porto (*para conhecimento*); -----
- 10 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Sanguedo para obras diversas. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos e Mário António Pinho de Oliveira. -----



Não esteve presente, nesta sessão, a Vereadora Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira. --

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Disse querer dar duas notas iniciais, salientando que a assembleia municipal foi convocada para as 20h30 e que somente às 21h00 foi verificada a existência de quórum, pedindo aos membros da assembleia para que relessem as consequências regimentais e legais dessa situação. -----

Referiu querer, também, cumprimentar de uma forma especial o público presente e informar que, do ponto de vista legal e regimental, não era possível que o mesmo se manifestasse em sinal de apoio ou desagrado relativamente às intervenções efetuadas, para permitir que os trabalhos decorressem com toda a tranquilidade. -----

Em seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 4 documentos de delegação de representação na presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta das seguintes freguesias: -----

– Argoncilhe (PSD): delegando a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos; -----

– Arrifana (PSD): delegando a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro; -----

– São João de Ver (IND.): delegando a representação na Vogal do Executivo – Maria Ângela Costa Pinto; -----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegando a representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, em seguida, que os membros António André da Silva Topa (PSD), José Fernando Moreira (PSD), Justino de Amorim Pinto (PSD), Rosa Maria Pinto da Silva (PS) e Filipe Ramiro Tavares Moreira (CDU) solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente sessão por não poderem estar presentes – o membro António Topa por situação urgente de última hora, o membro Fernando Moreira por se encontrar ausente do Concelho neste dia, o membro Justino Pinto por motivos de saúde, a deputada municipal Rosa Silva por motivos de ordem pessoal e o membro Filipe Moreira por motivos de ordem profissional. -----



Quando à substituição dos membros António Topa e José Fernando Moreira informou que os mesmos eram substituídos, nos termos legais, pelos dois cidadãos imediatamente seguintes na lista do PSD, respetivamente os cidadãos João Luís Almeida Cunha e José Moreira de Jesus Castro, que se encontravam presentes para o efeito. -----

Sobre a substituição do membro Justino Pinto deu nota que a cidadã seguinte na lista do PSD – Sara Raquel Loureiro dos Santos Rodrigues – informou a Mesa da impossibilidade de estar presente, pelo que o mesmo era substituído pelo cidadão a seguir dessa lista, Luís Manuel dos Santos Bastos, que se encontrava presente para o efeito. -----

Em relação à substituição da deputada municipal Rosa Silva informou que o cidadão seguinte da lista do PS – Telmo André dos Santos Gomes – comunicou à Mesa da impossibilidade de estar presente nesta sessão, pelo que a mesma era substituída pela cidadã seguinte da mesma lista, Margarida Arcelina Assunção Alfama, que se encontrava presente para o efeito. -----

Quando à substituição do membro Filipe Moreira, informou que, tratando-se a CDU de uma coligação, o mesmo era substituído, nos termos legais, pelo cidadão imediatamente a seguir da lista da CDU proposto pelo PCP – mesmo partido do membro Filipe Moreira – designadamente o cidadão Ricardo António Santos Silva, que se encontrava presente para o efeito. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 47 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo grupo municipal do PSD:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; João Luís Almeida Cunha; José Moreira de Jesus Castro; Luís Manuel dos Santos Bastos; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel



Jacinto da Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares; -----

Pelo grupo municipal do PS: -----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; Margarida Arcelina Assunção Alfama; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; São Paio de Oleiros – Adriano Manuel Pereira de Freitas; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira; -----

Pela CDU: Ricardo António Santos Silva; -----

Pelo BE: Moisés Salvador Coelho Ferreira; -----

Pelo CDS-PP: Válter José Mendes de Amorim; -----

Independente: Maria Ângela Costa Pinto – Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de São João de Ver. -----

Entraram, no decorrer da sessão: António Domingues Pereira (PSD), Juliana Canedo Rocha (PSD); Márcio Santos Correia (PS); António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos (PSD); Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares (PS); e Joana Vasconcelos Teixeira Coelho – Secretária do Executivo da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (PSD). -----

Faltou à sessão, sem se ter feito representar: Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência



Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a circled 'S' and a signature.

recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 29 de abril de 2016: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de requerimento sobre o assunto “Transporte escolar realizado sem condições de segurança” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 29/04/2016; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.ª Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, informando que esta Assembleia deliberou designar, na sua sessão de 29 de abril de 2016, a cidadã Mónica Dias Ferreira para substituir o cidadão Casimiro Loureiro Dias de Pinho na modalidade alargada daquela Comissão; -----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 de abril de 2016; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo fotocópia de 7 moções, 2 recomendações e 1 voto de condenação, que foram aprovados por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016, bem como cópia do ofício da Indaqua Feira com a ref.ª VO/CE-13635, de 06/04/2016, que o membro Válder Amorim deixou à Mesa no decorrer da sessão em referência, para que fosse feito chegar à Câmara Municipal; -----
- Convite do Sr. Presidente da Direção do CIRAC – Circulo de Recreio, Arte e Cultura, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Família, para o concerto de abertura do 39.º Festival Internacional de Música de Verão de Paços de Brandão, que se realizou no passado dia 7 de maio de 2016; -----
- E-mail de Mário Monteiro, da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando os Documentos de Prestação de Contas da AMTSM, referentes ao exercício económica de 2015; -----



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Pela defesa do trabalho efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016, às seguintes entidades:-----
 - O Presidente da República, -----
 - O Primeiro-Ministro, -----
 - Presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, “Os Verdes”, e ao deputado único do PAN; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – Contratos de Associação”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016, às seguintes entidades: -----
 - O Ministro da Educação, -----
 - Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Encerramento de balcões da CGD no município”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016, às seguintes entidades: -----
 - O Primeiro-Ministro, -----
 - Presidente do Conselho de Administração da CGD; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor do voto de condenação aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016, no âmbito dos atentados terroristas ocorridos na Bélgica, às seguintes entidades: -----
 - Embaixador da Bélgica em Portugal, -----
 - Município de Bruxelas (Hôtel de Ville de Bruxelles); -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Criação de um Polo da USF/Argoncilhe a funcionar nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016, às seguintes entidades: -----
 - O Primeiro-Ministro, -----
 - O Ministro da Saúde, -----
 - O Presidente da Assembleia da República, -----
 - O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, -----



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

- Presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, “Os Verdes”, e ao deputado único do PAN; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Chefe de Redação do Jornal “Terras da Feira”, remetendo, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, o teor das moções “Encerramento de balcões da CGD no município” e “Criação de um Polo da USF/Argoncilhe a funcionar nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo”, aprovadas por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Chefe de Redação do Jornal “Correio da Feira”, remetendo, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, o teor das moções “Encerramento de balcões da CGD no município” e “Criação de um Polo da USF/Argoncilhe a funcionar nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo”, aprovadas por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2016; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Anadia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moção de repúdio às disposições constantes no Despacho Normativo n.º 1-H/2016, no tocante à liberdade de matrícula dos alunos nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação, aprovada por aquele Órgão na sua sessão realizada no passado dia 29 de abril de 2016; -----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Criação de um Polo da USF/Argoncilhe nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 29 de abril de 2016 – e informando que a mesma foi levada ao conhecimento dos Srs. Deputados da Comissão de Saúde da Assembleia da República; -----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Pela defesa do trabalho efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 29 de abril de 2016 – e informando que a mesma foi reencaminhada para o Gabinete do Ministro da Educação; -----
- Ofício do Sr. Embaixador do Reino da Bélgica em Portugal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo o voto de condenação aprovado por esta Assembleia na sua sessão de 29 de abril de 2016, no âmbito dos atentados terroristas ocorridos na



6
JP
AA

- Bélgica; -----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Criação de um Polo da USF/Argoncilhe a funcionar nas antigas instalações do Posto Médico de Sanguedo” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 29 de abril de 2016;-----
 - Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 2 de maio de 2016;-----
 - E-mail do Sr. Presidente do Rancho Infantil e Juvenil Os Herdeiros de Travanca, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para almoço a realizar no próximo dia 3 de julho de 2016 e assistir ao IV encontro etnográfico a levar a cabo por aquele rancho, a realizar na parte da tarde desse dia;-----
 - E-mail dos Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para uma audição pública sobre “Propostas e estratégias de combate ao desperdício alimentar”, realizada por aquele grupo parlamentar no passado dia 2 de junho de 2016;-----
 - Ofício da Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Encerramento de balcões da CGD no município”, aprovada por este Órgão na sua sessão de 29 de abril de 2016;-----
 - E-mail de Helena Nogueira – Departamento de Administração Geral da Área Metropolitana do Porto (AMP), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando, nos termos da lei, os Documentos de Prestação de Contas da AMP referentes ao ano de 2015; -
 - Convite do Pe José Carlos – Vigararia de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Procissão da Solenidade de Corpo de Deus, que se realizou no passado dia 26 de maio de 2016;-----
 - Ofício do Chefe do Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Pela defesa do trabalho efetuado pelo Ensino Particular e Cooperativo”, aprovada por este Órgão na sua sessão de 29 de abril de 2016;-----
-



Handwritten signature and initials in the top right corner.

- Convite do Sr. Provedor da Misericórdia do Porto e da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para assistir à Mesa Redonda Porto na Inovação, que decorreu no passado dia 3 de junho de 2016; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos, um sobre “Nova intervenção na Avenida 5 de Outubro” e o outro sobre “Vínculo dos trabalhadores da autarquia e empresas municipais”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira, um sobre “Nova intervenção na Avenida 5 de Outubro” e o outro sobre “Vínculo dos trabalhadores da autarquia e empresas municipais”; -----
- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 16 de maio de 2016; -----
- E-mail da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando do adiamento do evento 1.º Encontro Misericórdia do Porto WOCK, inicialmente previsto realizar no dia 3 de junho de 2016, para data a anunciar; ----
- Convite da Comissão Organizadora da 7.ª Festa das Coletividades de Sanfins, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no “Porto de Honra” que assinalou a abertura da Festa em referência, levado a cabo no dia 3 de junho de 2016; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Eduardo Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2016, do assunto “Reclassificação das passagens de nível da Linha do Vouga”; --
- Ofício da Comissão Coordenadora da CDU/Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, no cumprimento do exercício do direito de petição e de acordo com a lei, o agendamento do assunto que faz parte do corpo da petição junta ao ofício – petição sobre o Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao munícipe Antero de Oliveira Resende – na qualidade de 1.º peticionário da Petição sobre o Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

- Saneamento, solicitando, nos termos do artigo 24.º, n.º 4, do Regimento desta Assembleia, que o mesmo informasse se pretendia ser ouvido sobre a matéria em causa, para efeitos de instrução do processo; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo petição rececionada sobre o Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento, e solicitando, nos termos do artigo 24.º, n.º 4, do Regimento desta Assembleia, fosse prestada pela Câmara as informações pertinentes e necessárias sobre a matéria em questão, para efeitos de instrução do processo; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 17 de junho de 2016, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 17 de junho de 2016, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 13 de junho de 2016; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 17 de junho de 2016; -----
 - Convite do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o concerto de verão – Vozes do Vento, pela Banda do Exército – Destacamento do Porto, que se realizou no dia 16 de junho de 2016;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – José Fernando Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2016, por se encontrar ausente do Concelho, solicitando a justificação da falta e a sua substituição na sessão, nos termos legais e regimentais; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Santa Casa da
-



Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a circled 't' and initials 'JEF' and 'KA'.

- Misericórdia do Porto, agradecendo o convite para o concerto de verão – Vozes do Vento, realizado a 16 de junho de 2016, e informando não poder estar presente no mesmo devido a compromissos anteriormente assumidos; -----
- Convite da Comissão de Festas do São João de Pereira - Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para ser Padrinho das Marchas do S. João, que decorrem nos dias 23 e 24 de junho de 2016; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Rosa Maria Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2016, por motivos de ordem pessoal, pelo que seria substituída na sessão, nos termos previstos legalmente; -----
 - E-mail do munícipe Antero de Oliveira Resende – 1.º peticionário da Petição sobre o Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando pretender ser ouvido sobre a matéria em causa na petição (para efeitos de instrução do processo); -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 17 de junho de 2016; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 17 de junho de 2016; -----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Projeto de Lei sobre “Ementa vegetariana nas cantinas públicas”, a ser discutido na Assembleia da República; -----
 - Ofício da Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC. Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a Certificação Legal de Contas, o Relatório e Parecer do Auditor Externo e a Certificação das Contas Consolidadas, referente ao exercício de 2015 do Município de Santa Maria da Feira; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2016, por motivos de ordem profissional, solicitando a sua
-



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

- substituição na sessão pelo cidadão seguinte da lista da CDU (nomeado pelo PCP) – Ricardo Silva; -----
- E-mail do membro deste Órgão – António Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2016, por situação urgente de última hora, solicitando ser substituído na sessão nos termos da legislação em vigor; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Justino Pinto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de junho de 2016, por motivos de saúde, solicitando a sua substituição na sessão; -----
 - Ofício da Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – Contratos de Associação” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 29 de abril de 2016 – e informando que a mesma foi reencaminhada para o Gabinete do Ministro da Educação; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, em resposta ao pedido formulado relacionado com petição relativa ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento - ramais de ligação, parecer que esclarece todas as dúvidas sobre a matéria em apreço; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo membro Moisés Ferreira, através de dois requerimentos sobre os assuntos “Vinculo dos trabalhadores da autarquia e empresas municipais” e “Ausência de tarifa social nas Piscinas Municipais” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 17/06/2016; -----
 - Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência, para discussão, de 6 moções, 2 recomendações e 1 voto – documentos estes que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.-----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos referidos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos.-----

Interveio o membro *Ricardo Silva* (CDU) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO – A ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA, UNIVERSAL, INCLUSIVA E DE QUALIDADE É UM DIREITO DE TODOS OS CIDADÃOS E UMA OBRIGAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS.-----

A Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. No seu artigo 75.º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.-----

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional.-----

A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país.-----

Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do Ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os contratos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carecidas de escolas públicas.-----

Em 2015, procurando concretizar um projeto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS celebrou contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em



prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública. -----

O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da Escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP.-----

Assim,-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de junho de 2016 delibera: --

1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública; -----
2. Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objetivo de descredibilizar a Escola Pública e os seus profissionais. -----

Exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso concelho.” -----

“MOÇÃO – NÃO A UMA EUROPA DAS DEPORTAÇÕES -----

Considerando que: -----

- As conclusões do Conselho Europeu de 17 e 18 de março de 2016 deitam por terra a propaganda oficialmente difundida em torno de valores humanitários, democráticos e de solidariedade e alimentam as agendas nacionalistas, racistas e xenófobas, acentuando o caráter imperialista do processo de integração e afrontam o direito internacional; -----
- As conclusões referentes à designada “política de migrações”, particularmente no que concerne ao drama dos refugiados são particularmente graves, desumanas e cruéis perante uma catástrofe humanitária que é o resultado direto da ação intervencionista da União Europeia em articulação com os EUA e a NATO no continente africano e no Médio Oriente;--
- Promovendo a criminalização e a expulsão dos refugiados e migrantes, a União Europeia em clara violação do direito internacional, aprofunda a resposta militarizada ao drama dos que



fogem da pobreza extrema, da fome e dos conflitos militares;-----

- Esta militarização da resposta a questões humanitárias tem o seu auge na presença da NATO no mar Egeu, que contará com a colaboração da FRONTEX e das forças turcas para repelir pela força, perseguição, intimidação e agressão às vagas de embarcações que tentam a travessia, havendo mesmo já registo nos últimos dias de tentativas de afundamento de embarcações com pessoas a bordo;-----

- O encerramento das rotas migratórias nos Balcãs, na Grécia e na Turquia faz antever uma mudança da travessia para o Mediterrâneo Central, um cenário que, articulado com a visão militarista vigente irá alimentar ainda mais as redes criminosas de tráfico humano, abrir novas rotas ilegais e faz prever mais tragédias futuras no Mar Mediterrâneo;-----

- O condicionamento do direito de asilo a critérios de origem nacional dos refugiados, o não reconhecimento dos direitos e escolhas dos refugiados constitui um claro desrespeito pelo direito internacional;-----

- O acordo celebrado com a Turquia ilustra bem a hipocrisia da União Europeia e a total ausência de elementares valores de respeito pelos direitos humanos e democráticos quando, a troco de dinheiro e de promessas políticas de adesão à EU, apenas se pretende como contrapartida que a Turquia sirva de Estado tampão retendo no seu território e nas suas fronteiras as vagas de refugiados, chegando à extrema frieza de, no chamado acordo 1:1, que para além dos evidentes elementos discriminatórios que contém, constitui acima de tudo um encobrimento para uma política de deportações em massa para a Turquia.-----

A Coligação Democrática Unitária, propõe que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na sua Sessão Ordinária de 17 de junho de 2016, delibere:-----

1. Defender a realização de uma profunda reflexão e debate sobre o presente e o futuro da Europa e a sua política de migrações;-----

2. Realçar a necessidade e urgência de uma rutura com um processo de integração esgotado e cada vez mais marcado por políticas de domínio económico e político, de regressão social e civilizacional e de crescentes ataques à democracia e soberania dos povos;-----

3. Rejeitar a visão militarista que está na origem dos presentes desastres humanitários.”-----

“VOTO – PELA REJEIÇÃO DA DENOMINADA PARCERIA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO (TTIP)-----



Handwritten marks and signature in the top right corner.

A União Europeia prossegue – sob um manto de secretismo, não permitindo o escrutínio democrático do processo – as negociações com os Estados Unidos da América sobre a «Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento», vulgarmente denominada Tratado Transatlântico ou TTIP. -----

Estas negociações decorrem a par de outros processos que visam a conclusão de acordos com igual natureza e objetivos, como o Acordo sobre Comércio em Serviços (TISA) – que visa a liberalização de serviços, incluindo os serviços públicos – ou o Acordo Económico e Comercial Global (CETA), entre o Canadá e a União Europeia – similar ao TTIP. -----

Estes acordos, e em particular o TTIP, têm como principal objetivo avançar ainda mais na liberalização do comércio e serviços, tentando eliminar quaisquer barreiras ao domínio das grandes multinacionais sobre as economias de Estados soberanos, através da institucionalização – em forma de tratado – da supremacia da lógica do lucro e da liberalização de quase todas as esferas da vida económica e social. -----

O TTIP é uma séria ameaça a direitos dos povos, a avanços civilizacionais alcançados e à soberania e independência dos Estados. -----

A concretizar-se, o TTIP representaria um retrocesso para os direitos e rendimentos dos trabalhadores, cingindo-os ao enquadramento jurídico dos direitos laborais nos EUA, país que não é signatário de várias convenções internacionais. -----

O TTIP seria utilizado para promover a liberalização e privatização dos serviços públicos em áreas como a educação, a água, a energia, os resíduos sólidos, tentando que estes processos sejam na prática irreversíveis e pondo em causa direitos sociais. -----

O TTIP serviria para aprofundar a mercantilização da cultura e a concentração e homogeneização na produção, fruição e comercialização de conteúdos culturais e intelectuais, apontando para o domínio absoluto das multinacionais sobre os direitos de autor. -----

O TTIP aprofundaria ainda mais a liberalização dos serviços financeiros, da circulação de capitais, com a conseqüente diminuição de mecanismos de controlo, supervisão e salvaguarda. -----

O TTIP significaria para diversos Estados – como o português – a imposição de significativos recuos nos padrões de exigência e controlo na área da segurança e higiene alimentar (em questões como a utilização de organismos geneticamente modificados, hormonas, pesticidas e produtos tóxicos), assim como no campo ambiental, abolindo regras em áreas como a



obrigatoriedade de avaliações de impacto ambiental ou o princípio da precaução e impondo outras regras que, na prática, impediriam os Estados de preservar recursos essenciais ao equilíbrio ambiental.-----

Sobrepondo os lucros e interesses das multinacionais à defesa de direitos essenciais e a legítimas decisões democráticas e soberanas em defesa do interesse público e nacional, o TTIP introduz mecanismos que atribuem às multinacionais o poder de processar os Estados. Mecanismos que significariam na prática que as instituições democráticas e órgãos de soberania nacional seriam fortemente condicionados, ou mesmo impedidos legalmente, de defender o interesse nacional, os interesses do povo que representam.-----

Deste modo, o TTIP é um projeto que, a concretizar-se, encerraria sérias ameaças para os direitos sociais e laborais, diversos setores da economia nacional, para a saúde pública, a qualidade ambiental e as condições naturais, para a democracia e a soberania nacional.-----

Este acordo enfrenta a crescente oposição de largos setores da população e de organizações sociais e políticas que, em diversos países, levantam a sua voz contra o TTIP.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de junho de 2016: ----

1 – Rejeita, em nome da defesa do desenvolvimento do País, dos interesses dos trabalhadores e povo português e da soberania e independência nacionais, os objetivos e conteúdo inscritos no TTIP e exige uma intervenção junto da União Europeia no sentido do abandono deste processo negocial;-----

2 – Em qualquer caso, considera que o TTIP – como outros acordos de livre comércio e serviços em negociação pela União Europeia – deve ser obrigatoriamente sujeito a processo de ratificação vinculativa pela Assembleia da República;-----

3 – Considera indispensável a divulgação do conteúdo, da natureza e dos objetivos do TTIP e do andamento das respetivas negociações.”-----

Interveio o membro **Manuel Almeida** (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“CRIAÇÃO DE UM FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À GESTÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA-----

A criação de um fundo de apoio à gestão das Juntas de Freguesia foi tema que o GM/PS sujeitou a controvérsia e a debate na última Assembleia Municipal, na sequência da atribuição de um subsídio pontual à JF de Arrifana. Tal controvérsia, contudo, não foi suscitada pela



falta justificação para que a dita JF reclamasse tal atribuição, tanto mais que a mesma se destinaria a acudir a situações urgentes e imprevistas. Antes e só, emergiu o debate porque o GM/PS entende que deve ser criado pelo executivo, e no orçamento municipal, um mecanismo apto a racionalizar e organizar, sempre que necessário, tais pedidos e atribuições. Em sequência do debate suscitado, o tema foi recuperado, em reunião do executivo e pelos Vereadores do PS, sem que a bondade da proposta tenha vingado. -----

Assim, o executivo camarário porfia em fazer orelhas moucas a sugestões que combateriam uma entropia que amesquinha e banaliza as Juntas de Freguesia do concelho, sejam elas lideradas pelo PSD, sejam elas lideradas por qualquer outro partido. -----

Dando-se de barato qualquer suspeita de que o atual regime de reforço de verbas às freguesias, assente em propostas casuísticas e respostas pontuais a necessidades prementes, possa ser usado para favorecer umas juntas de freguesia e prejudicar outras (sendo as primeiras as alinhadas com o partido que lidera a Câmara) – suspeita que só o executivo alavancou e fez ter em conta na última AM ao referir, sobre tal tema, que não descriminava as JF em função da sua cor política –, ainda assim nos parece que a matéria mereceria previsão e regras. -----

Acredita o GM/PS que seria um profundo progresso para as freguesias do concelho a possibilidade de recorrer, de forma clara e sempre que necessário, a um mecanismo que reforçasse a sua capacidade de resposta às populações e, ao cabo e ao resto, desse corpo aos acordos de delegação de competências às Juntas de Freguesia, que mais das vezes não são mais do que meros instrumentos formais que anualmente se celebram sem a atribuição de qualquer capacidade às ditas Juntas para os poderem cumprir cabalmente. Pelo menos sem terem que recorrer a mecanismos difusos e a vontades imprevisíveis e nem sempre disponíveis do executivo. -----

Continua por isso a sustentar o GM/PS a utilidade da criação de um instrumento financeiro, por via orçamental, conformedo por uma regulamentação específica, que permita às Juntas de Freguesia do Município resolver situações graves de tesouraria e acorrer a um quadro de situações de despesas que se revelem, simultaneamente e entre o mais: -----

- Imprevistas e imprevisíveis aquando da elaboração do orçamento das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal; -----

- Insuscetíveis de ser resolvidas pelo orçamento corrente da freguesia mercê de folgas



6
Ley
AA

supervenientes noutras rubricas; -----

- Incidentes sobre equipamentos ou infraestruturas de utilidade pública local manifesta ou porque se caracterizam por darem respostas permanentes a necessidades relevantes da população; -----

- Urgentes de tal modo que a sua realização não admita a resposta resultante da cabimentação orçamental para o exercício subsequente. -----

Dentro destes ou de outros pressupostos que refinem o acesso a tais subsídios, crê-se ser possível criar um fundo no orçamento anual que possa ser despoletado mediante mecanismos regulamentados, padronizados e consolidados, ainda que beneficiados com o esclarecimento de alguma exemplificação das circunstâncias práticas que permitam àquele aceder, e mediante os quais todas as freguesias que tenham ao longo do exercício carências graves saibam exatamente em que condições e modo podem resolver os seus problemas imprevistos, gerando-se uma saudável igualdade de tratamento e de acesso aos subsídios daí decorrentes, se e quando necessários, o que, obviamente, será apurado pelos serviços técnicos e financeiros municipais aquando do escrutínio das candidaturas. -----

Salvaguarda-se que este fundo sugerido não se confunde com as transferências e subsídios para investimento nas freguesias, se bem que, também sobre tal matéria, entenda o GM/PS que será útil oportunamente recomendar um reforço de racionalidade, de transparência e de igualdade na sua atribuição por parte do executivo municipal. -----

Quanto ao montante do fundo de emergência (ou com outro nome) a criar, crê-se que tal também não será uma dificuldade, bastando ao executivo atentar na média dos últimos anos e, através dela, fixar um montante global que, em caso de insuficiência, seja sujeito a rateio e distribuição pelas JF justificadamente carenciadas. -----

Recomenda assim o Grupo Municipal do Partido Socialista à Câmara Municipal: -----

- Que proceda à criação de um fundo de equilíbrio ou de emergência a atribuir às Juntas de Freguesia que a ele concorram em caso de justificada necessidade; -----

- Que tal fundo vise exclusivamente a sua atribuição a situações imprevistas e/ou imprevisíveis aquando da elaboração do orçamento, fazendo-se um rol meramente exemplificativo de tais situações na regulamentação do fundo; -----

- Que ao dito fundo possam concorrer as freguesias que tenham sido atingidas por danos, prejuízos e necessidades insuscetíveis de serem ponderadas no orçamento anterior, mormente



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

- aquando da sua elaboração e aprovação; -----
- Que tais danos, prejuízos ou despesas urgentes a realizar incidam sobre equipamentos e bens da freguesia de manifesto interesse público, por darem uma resposta permanente e relevante à população que deles desfrutava ou beneficiava;-----
 - Que a premência na recuperação de tais bens ou equipamentos seja tal que não conceda aguardar pela sua projeção, cabimentação, atribuição e realização no orçamento e exercício seguintes; -----
 - Que a fixação do valor do fundo reflita, além do mais, e inicialmente, a média dos últimos anos dos subsídios atribuídos com tal natureza, otimizando-se gradualmente e em função da experiência resultante de exercícios vindouros, pelo caminho sendo rateado em função da disponibilidade existente e das prioridades que sejam estabelecidas de forma justificada.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – PELO INVESTIMENTO NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE -----

Em quatro anos o Orçamento do Serviço Nacional de Saúde caiu cerca de 1.500 milhões de euros, perderam-se 4.400 profissionais e cerca de 3.000 médicos deixaram de trabalhar no setor público.-----

A consequência de todos estes cortes impostos a um dos melhores Serviços de Saúde do mundo são mais do que evidentes: falta de médicos, enfermeiros e outros profissionais; encerramento de camas de internamento; encerramento de valências e/ou redução do funcionamento de certos serviços hospitalares.-----

Hoje os utentes têm mais dificuldade de acesso à Saúde, as desigualdades aumentaram e os serviços públicos de saúde têm mais dificuldades em dar resposta. É urgente dar a volta e inverter o caminho. -----

Para isso é necessário o investimento no Serviço Nacional de Saúde, libertando-se verbas que são verdadeiras rendas que servem apenas para financiar o negócio privado na área da saúde. É necessário criar condições para que tanto os cuidados de saúde primários, assim como os cuidados hospitalares, possam realizar mais meios complementares de diagnóstico e terapêutica; é necessário garantir maior capacidade cirúrgica nos hospitais, assim como o investimento na inovação e aquisição de material.-----



Handwritten signature and initials in the top right corner.

É importante que os cuidados de saúde primários no concelho ganhem capacidade para ter mais valências instaladas (psicologia, medicina dentária, medicina oftalmológica); é importante que os cuidados de saúde primários, assim como o Hospital São Sebastião possam internalizar mais meios complementares de diagnóstico e terapêutica (em concreto, análises clínicas, radiologia, medicina física e reabilitação, cardiologia e gastroenterologia); é importante a aquisição de uma máquina de ressonância magnética para o Hospital, de forma a dotá-lo de mais capacidade, evitando o recurso a serviços externos e, dessa forma, permitindo-lhe capacidade formativa na área da radiologia. -----

Estes são passos importantes para a valorização do SNS, para o investimento na Saúde e para a melhoria de cuidados de saúde às populações. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de junho de 2016, delibera: -

1 - Manifestar ao Governo, através do Ministério da Saúde, a necessidade de dotar os cuidados de saúde primários do concelho de mais valências, em particular nas áreas com oferta mais carenciada, como a medicina dentária e a psicologia; -----

2 - Manifestar ao Governo, através do Ministério da Saúde, a necessidade de garantir a capacidade de internalização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica nos CSP do concelho e no Hospital S. Sebastião; -----

3 - Manifestar ao Governo, através do Ministério da Saúde, a necessidade de adquirir uma máquina de ressonância magnética para o Hospital S. Sebastião, aumentando a sua capacidade, reduzindo a sua dependência com o exterior e potenciando a sua idoneidade formativa na área da radiologia. -----

4 - Enviar esta moção ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Ministro da Saúde, ao Sr. Presidente da Assembleia da República e a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.”-----

“MOÇÃO – REPÚDIO PELA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA -----

O massacre que provocou 50 mortos numa discoteca em Orlando, Florida, Estados Unidos, merece condenação; a motivação homofóbica para o massacre merece o repúdio firme e intransigente do mundo inteiro. -----

Ninguém pode ser discriminado em função da sua orientação sexual; ninguém pode perder a vida porque quer amar livremente uma outra pessoa; ninguém pode ser aterrorizado por tomar



Handwritten signature and initials in the top right corner.

decisões individuais sobre a sua vida privada. -----

As causas de tamanho ato são múltiplas e complexas. Não as podemos desculpar; pelo contrário, temos que as combater. Combater a intolerância, o preconceito e a homofobia na sociedade. Essa é uma obrigação de todos os dias. -----

Não podendo impedir o que já aconteceu, temos o dever de criar as condições para que não volte a acontecer. Não responderemos ao terror com mais terror, nem responderemos à intolerância com outro tipo de intolerância. -----

O nosso dever é responder com a construção de uma sociedade justa, livre e solidária. A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira tem o seu papel a desempenhar nesta construção repudiando o massacre de Orlando, a homofobia e o preconceito e cultivando o respeito pelo outro, em concreto, o respeito pela sua orientação sexual. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de junho de 2016, delibera condenar o ato bárbaro de homofobia ocorrido em Orlando e que tirou a vida a 50 pessoas.” -----

“RECOMENDAÇÃO – UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS ABANDONADOS -----

O Estado gasta todos os meses muitos milhares de euros no arrendamento de edifícios no concelho de Santa Maria da Feira quando, ao mesmo tempo, é proprietário de instalações públicas que se encontram abandonadas. -----

Esta é uma situação incompreensível, que prejudica os contribuintes e os utentes de muitos serviços que poderiam ter melhores condições. -----

Os exemplos são variados, desde repartições de finanças, passando pelo tribunal, esquadra da PSP, Instituto dos Registos e Notariados, etc. -----

Com a construção da nova Escola E.B. 2,3, a antiga escola Fernando Pessoa está ao abandono. Este equipamento situa-se no centro da cidade, ocupa um enorme espaço e tem muito edificado. -----

Numa altura em que os recursos financeiros são escassos é importante cortar nas redundâncias, nas rendas e nas despesas inúteis. Neste caso concreto, é fácil concretizar esses objetivos. Temos um edificado no centro da cidade capaz de albergar vários serviços públicos. É necessário fazer essa instalação de serviços e poupar muito dinheiro à administração central, ao país e aos contribuintes. -----



É imperativo que todos os organismos públicos deem uma demonstração cabal às populações de rigor na gestão dos equipamentos dos quais são proprietários. -----

Lembramos ainda que esta escola tem um pavilhão gimnodesportivo, ainda em boas condições, que poderia estar ao serviço da comunidade.-----

Assim sendo, esta Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de junho de 2016, recomenda ao governo que com caráter de urgência: -----

1 - Que desencadeie os procedimentos necessários para que o pavilhão gimnodesportivo da antiga Escola Fernando Pessoa seja disponibilizado à comunidade; -----

2 - Que desencadeie ainda os procedimentos necessários para a instalação de serviços públicos nas instalações da antiga escola Fernando Pessoa.”-----

Interveio o membro **José Carlos Silva** – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD) para apresentar as moções cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“PELA DEFESA DA REDE SOCIAL CONCELHIA E PELO RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DAS IPSS DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

A Rede Social Concelhia através do seu Conselho Local de Ação Social conta com 109 parceiros e assume a tarefa de chamar todos os agentes locais que intervêm no desenvolvimento social dos territórios, a fim de agir de uma forma integrada, solidária e cooperante, na procura de soluções para os problemas, potenciando as capacidades e oportunidades das organizações e dos cidadãos. -----

Esta Rede assume um peso significativo no denominado 3.º setor na economia local. Atualmente, existem 53 instituições particulares de solidariedade social que contribuem para a coesão social do concelho e funcionam como grande “empregador” no concelho, contabilizado cerca de 1.000 pessoas a trabalhar nesta área, das quais cerca de 1/3 possuem habilitações superiores, apresentando orçamentos anuais estimados entre 50.000,00 € e 3.000.000,00 €. -----

As entidades de economia social no concelho atuam em diversos domínios e realizam várias atividades. A saber: -----

Domínios: -----

- Idosos: 24 Centros de Dia (550 idosos); 26 Serviços de Apoio Domiciliário (700 idosos); 16 Estruturas Residenciais para a população idosa (441 idosos); 1 Centro de Convívio (16



- idosos); -----
- Crianças e Jovens: 26 Creches (680 crianças); 21 Jardins de Infância (940 crianças); 20 ATL's (750 crianças); 2 Centros de Acolhimento Temporário (35 crianças e jovens); 1 Lar de Infância e Juventude (30 crianças e jovens); -----
 - Pessoas portadoras de deficiência e doença mental: 1 Lar Residencial para pessoas com deficiência (12 pessoas portadoras com deficiência); 3 Centros de atividades ocupacionais (131 pessoas portadoras de deficiência); 1 Fórum Sócio-Ocupacional (15 pessoas com doença mental); -----
 - Dependências: 3 associações que atuam ao nível da prevenção e tratamento de dependências; -----
 - Pessoas em situação de dependência: 1 Unidade de Cuidados Continuados (18 utentes); -----
 - Desenvolvimento local: Contrato Local de Desenvolvimento Social "Direitos e Desafios"; 14 Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social; 5 Cantinas Sociais. -----
- Atividades: -----
- Fóruns Sociais de Freguesia; -----
 - Programa Raízes do Afeto – População Sénior (Envelhecimento Ativo): Programa Movimento e Bem-Estar, Passeios na Minha Terra, Programa e_mili@, Programa Termal Sénior; Cuidar de Quem Cuida; Olimpíadas Séniores; Dia Metropolitano dos Avós, em parceria com 48 entidades (30 IPSS, 15 Juntas de Freguesia e 3 Associações Culturais e Recreativas), com a participação mensal de cerca de 2000 séniores; -----
 - Contrato Local de Desenvolvimento Social "Direitos & Desafios": (Agência Local em Prol do Emprego-Agência de Formação, Agência de Formação, Agência de Negócios, Clubes ALPE; Laboratório de Empreendedorismo Social e Espaço de Informação à Medida; Espaço Trevo – apoio a vítimas de violência; Mercado da Solidariedade; Programa Sorrisos; Cegonha e Companhia – apoio a grávidas adolescentes; Espaço Famílias – apoio ao nível fiscal e financeiro a famílias em situação vulnerável; Capacitação das organizações); -----
 - Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências/Alcoolismo (Espaço OK – consulta e aconselhamento para jovens com comportamentos de risco; Ponto P – resposta ao nível da prevenção e redução de riscos; Serviços de consultoria na área da prevenção primária das toxicodependências, nomeadamente junto dos agrupamentos escolares); -----
 - Plano Municipal para a Igualdade de Género; -----
-



- Mosaico Social, como evento da marca Concelho Solidário;-----
- Projetos de Inclusão Pela Arte: Orquestra Criativa e LABINDança;-----
- Estas redes, não só a do concelho de Santa Maria da Feira, como as de todo o País, estão sob um ataque ideológico sem precedente protagonizado por Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português, auxiliado por um silêncio ensurdecador e inaceitável do Partido Socialista, refém destes partidos radicais para se manter à frente do Governo.-----
- A rede social concelhia é, para nós, um laço invisível que nos une e um verdadeiro cimento da nossa comunidade, sendo, contudo, classificada pela porta-voz do Bloco de Esquerda (falando em termos nacionais), Catarina Martins, como uma “rede clientelar sem escrutínio”, líder para quem aliás, o trabalho voluntário “é uma treta”! -----
- Na mesma senda, o PCP deu entrada na Assembleia da República ao Projeto de Resolução n.º 352/XIII/1.ª – Propõe a universalização de educação pré-escolar a partir dos três anos de idade, onde se pode ler: -----
- “Esta ausência de resposta nacional de rede pública adequada no ensino pré-escolar empurra milhares de famílias para a oferta de entidades privadas que disponibilizam este serviço com custos proibitivos para muitas dessas famílias. -----
- Com efeito, o recurso a estas entidades privadas, o apoio direto e a contratualização de Instituições Particulares de Solidariedade Social, atualmente responsáveis pela grande maioria dos equipamentos existentes, decorre de opções erradas de sucessivos governos que alargaram a rede privada e não asseguraram um sistema de ensino pré-escolar público de qualidade (...)”
- Fica bem evidente o propósito destes partidos, com o silêncio cúmplice do Partido Socialista, em relação às IPSS. Querem acabar com as IPSS!-----
- Esta situação tem de ser denunciada e contrariada. Recusamos este modelo de sociedade, que partidos que não chegam aos 10% de votação, querem impor às pessoas. Recusamos a estatização absoluta da sociedade e não deixaremos de a apontar e combater. -----
- Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal que delibere: -----
- O reconhecimento e o louvor ao trabalho imprescindível que é realizado pela nossa Rede Social Concelhia;-----
 - O reconhecimento e o louvor do trabalho que é realizado pelas IPSS de todo o concelho; -----
 - O apreço pelo trabalho dos voluntários; -----



- A recusa do Projeto de Resolução do PCP, suprarreferenciado, pelo modelo de sociedade e preconceito ideológico que ele preconiza;-----
- O envio desta moção a todos os parceiros da Rede Social Concelhia; -----
- O envio, para conhecimento, do Projeto de Resolução do PCP a todas as IPSS do concelho; -
- O envio desta moção à Presidência da República, Presidência do Conselho de Ministros e à Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.”-----

“PELA DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA--
Na Sessão de 29 de abril de 2016 da Assembleia Municipal foi aprovada, por maioria, a moção intitulada “Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – Contratos de Associação” que tinha como resolução a “revogação imediata da norma do Despacho Normativo n.º 1-H/2016 que acrescenta um número 9.º ao artigo 3.º do Despacho Normativo 7-B/2015 de 7 de Maio” e o “cumprimento dos contratos plurianuais celebrados” (com os estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, entre os quais se encontra o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas)-----

Para além da referida parte resolutiva, reiteramos toda a parte expositiva da moção supramencionada e que, em resumo, afirma: -----

- O reconhecimento de que a educação assume papel determinante na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais coesa;-----
- O esforço que o município de Santa Maria da Feira tem vindo a realizar na área da educação e que, não raras vezes, tem sido apontado como exemplo nacional; -----
- O reconhecimento do esforço e dedicação dos corpos docente e não docente dos estabelecimentos de ensino do município, sem negligenciar a participação e envolvimento de pais e alunos;-----
- O reconhecimento inequívoco do serviço público que, desde há quatro décadas, tem vindo a ser protagonizado pelo Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas (pertencente à Casa do Povo de Santa Maria de Lamas – pessoa coletiva de utilidade pública de base associativa, sem fins lucrativos); -----
- O entendimento de que a decisão do Governo em promover a alteração do regime de frequência e matrículas das escolas de ensino particular e cooperativo, para além de contrariar o espírito do concurso público de atribuição de apoio financeiro do Estado destinado à seleção



das entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, se mostra particularmente lesivo para os interesses do concelho e da sua população jovem, por representar, necessariamente, a interrupção de percursos educativos e a desvalorização territorial de Santa Maria da Feira. -----

Sucedem que, não só o Governo não foi sensível aos argumentos aduzidos por esta Assembleia Municipal (como aos de muitos outros órgãos autárquicos que por todo o país têm demonstrado a sua profunda discordância com este processo), como os desenvolvimentos posteriores, em particular o estudo “Análise da Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de Associação” vieram confirmar que este Ministério da Educação se prepara para prejudicar gravemente os superiores interesses do concelho de Santa Maria da Feira e da sua população. -----

Este estudo, que não se destina a fundamentar uma decisão mas antes a procurar justificar uma decisão previamente tomada, impede a abertura de turmas no 5.º ano, no 7.º ano e no 10.º ano ao Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas. Declara, pois, a morte desta escola de serviço público, o despedimento de professores e funcionários, a interrupção do percurso educativo dos alunos, o delapidar da oferta educativa e a perda de todo um “equipamento-âncora” para o desenvolvimento territorial do concelho. -----

Um estudo e uma decisão tomada à revelia de toda uma comunidade educativa – até ao dia de hoje, por exemplo, a Câmara Municipal nunca foi ouvida – e com vários erros próprios de um estudo baseado no “Google Maps”. -----

No caso concreto de Santa Maria da Feira, é colocada a possibilidade dos alunos feirenses serem deslocados para sete escolas de concelhos vizinhos. Mais grave, e indicativo da deliberada tentativa de prejudicar Santa Maria da Feira, o próprio estudo refere que “ao nível do secundário, não existe nenhuma escola que cumpra os critérios referidos para o nível de ocupação”. No entanto, com este processo, o Governo impede ao Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas a abertura de turmas de 10.º ano! Ou seja, nem o próprio pseudoestudo o governo cumpre! -----

A decisão do Senhor Ministro da Educação significa, por exemplo e em termos muito práticos, o seguinte para o nosso concelho: -----

- Os alunos de Santa Maria de Lamas que, em Setembro, vão para o 5.º ano, estão impedidos de irem para a escola da sua terra (os de Mozelos e Nogueira da Regedoura também); -----



-
- Os alunos que atualmente frequentam o Colégio nos 6.º e 9.º anos terão que interromper o seu percurso educativo e matricular-se noutra escola;-----
 - Os alunos que, em setembro, vão iniciar o secundário serão forçados, na sua maioria, a matricularem-se em escolas de concelhos e distrito vizinhos! -----
- Em setembro, o serviço público de educação do concelho, por imposição deste Governo, estará mais frágil. -----
- Em setembro toda a nossa rede escolar, seja a de propriedade do Estado, seja a de iniciativa particular, estará mais enfraquecida e enfrentará problemas vários e absolutamente desnecessários. -----
- Em setembro, um concelho de 140 mil habitantes, passará de três secundárias a duas secundárias, por imposição do PS, do BE, do PCP e de “Os Verdes”.-----
- Colocamos sempre, e acima de tudo, os superiores interesses do concelho de Santa Maria da Feira, no caso concreto dos alunos deste concelho, e não nos submetemos a orientações partidárias que prejudiquem esta comunidade. Recusamos o modelo de sociedade que está subjacente a esta decisão e denunciámos a tentativa de estatização da escola e da sociedade que está em curso. Confiamos nas pessoas e nas suas instituições e representamos o sentimento largamente maioritário da população de um concelho que espera mais do Estado, mas que apoia igualmente a iniciativa privada, porque em ambos, assenta o nosso modelo de desenvolvimento. Defendemos intransigentemente todas as escolas do concelho de Santa Maria da Feira e reconhecemos o mérito e a qualidade do trabalho que nelas é diariamente realizado. -----
- Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal que delibere: -----
- A reafirmação da defesa intransigente de um serviço público de educação de qualidade, capaz de promover a equidade e a igualdade de oportunidades para todos, assumindo-se esta defesa como um fator decisivo para o desenvolvimento coletivo do concelho de Santa Maria da Feira; -----
 - Reconhecer o trabalho de qualidade que todos os dias é feito nas escolas do concelho de Santa Maria da Feira; -----
 - Rejeitar o estudo “Análise da Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de Associação”; -----
-



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

- Recusar a possibilidade de alunos do concelho de Santa Maria da Feira serem forçados a inscrever-se em escolas de concelhos vizinhos; -----
 - Recusar o facto do concelho de Santa Maria da Feira passar de três secundárias a apenas duas secundárias;-----
 - Instar o Governo a que, ao invés de retirar secundárias ao concelho de Santa Maria da Feira, planeie a instalação de mais secundárias neste território; -----
 - Exigir do Governo a requalificação da EB 2/3 de Lourosa, sede do Agrupamento de Escolas António Alves de Amorim;-----
 - Exigir do Governo a requalificação da EB 2/3 e Secundária Coelho e Castro de Fiães; -----
 - Exigir do Governo a cedência da antiga EB 2/3 Fernando Pessoa para que aí possa ser construído o Centro Escolar de Santa Maria da Feira;-----
 - Exigir o cumprimento do contrato plurianual celebrado com o Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas;-----
 - Exigir a revogação imediata da norma do Despacho Normativo n.º 1 – H/2016 que acrescenta um número 9.º ao artigo 3.º do Despacho Normativo 7-B/2015 de 7 de maio.-----
- Mais se propõe que desta moção seja dado conhecimento ao Ministério da Educação, Primeiro-Ministro e Presidência da República.” -----

Perante a manifestação do público – aplausos – verificada no final da intervenção do membro José Carlos, o *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que, tal como havia avisado no início da sessão, não é permitido ao público, do ponto de vista legal e regimental, manifestar-se a favor ou contra determinada posição assumida pelos deputados municipais, insistindo nesse alerta. --

Interveio o membro *Ricardo Silva* (CDU) que leu o documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Temos aqui mais uma situação, já recorrente, em que o PSD procura ter tempo de antena recorrendo, uma vez mais, à demagogia e à desinformação. -----

Podem levantar a poeira que quiserem, pois mais tarde ou mais cedo, ela irá amainar e a verdade virá ao de cima. -----

Resumidamente, o que o PSD aqui apresenta hoje é uma proposta contra o acesso a todas as crianças ao ensino Pré-Escolar, porque a proposta do PCP mais não visa do que isso mesmo.



O outro documento mais não é do que defender um lobby e tentar capitalizar votos para uma causa que não faz sentido de o ser. -----

Ainda a poeira está no ar e já se percebem as posições, porque durante todos estes anos o desinvestimento na Escola Pública levado a cabo pelo PSD/CDS que levou milhares à precariedade e outros tantos ao desemprego nunca originou referência, nesta Assembleia Municipal por parte destas forças. -----

Vejamos que em 2014 o Governo PSD/CDS anunciou o encerramento de mais 311 escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Destas 6 foram no nosso município, o que levou a que crianças entre os 6 e 9 anos tivessem de se deslocar e não vimos reações por parte do PSD do concelho. -----

Meus senhores, a política é coisa séria, e por tal deve ser baseada em factos. Factos que estão deturpados nos documentos aqui hoje apresentados a votação.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que registou que o PSD, durante quatro anos de cortes no Complemento Solidário para Idosos (CSI), de cortes no Rendimento Social de Inserção (RSI), de cortes na escola pública, nunca trouxe a esta Assembleia Municipal uma proposta, frisando ser esta a primeira vez que o PSD o faz e que o faz exatamente quando há uma política no País para investir e para qualificar a escola pública. -----

Referiu que o Bloco de Esquerda teve a oportunidade de, nas últimas semanas, visitar várias escolas públicas no Concelho, designadamente em Argoncilhe, em Lourosa, em Paços de Brandão, em Santa Maria da Feira e em Fiães, salientando serem escolas de boa qualidade, que têm capacidade para receber mais turmas e que dizem querer receber mais turmas. -----

Salientou que o PSD prefere lançar uma campanha demagógica, de desinformação e de medo, ressaltando que o PSD talvez devesse explicar porque é que esteve, nos últimos anos, a defender a deterioração das escolas públicas, uma vez ter sido isso que aconteceu. Disse que a escola de Lourosa deteriorou-se porque o financiamento foi canalizado para privados, que a escola de Paços de Brandão está vazia porque foi canalizado para privados, que a escola de Argoncilhe precisa de muitos mais alunos porque o PSD canalizou para privados, e que a escola de Fiães precisa de investimento porque o PSD canalizou para privados. -----

Concluindo a sua intervenção o membro *Moisés Ferreira* destacou que a política de medo para falar de escola pública não faz futuro, que aquilo que faz futuro é mesmo o investimento na



escola pública. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dizer que o Partido Socialista assume, nesta Assembleia, a sua função responsável de representar o povo de todo do Concelho de Santa Maria da Feira, salientando que o Partido Socialista não embarca em moções que tentam dar o melhor dos dois mundos, porque isso não é possível, nem embarca em tudo querer dar numa altura em que tal não é possível, realçando que isso é uma falácia, que é uma mentira. -----

Referiu que o PS não acompanha a moção do PSD referente à Educação porque ela, nos seus pressupostos, não é inteiramente verdadeira e não responde, efetivamente, àquilo que tem de ser questionando. -----

Disse existir, desde 2005, a Carta Educativa do Município de Santa Maria da Feira que prevê a construção de uma escola secundária na zona noroeste do Concelho, salientando que essa escola nunca foi construída e que a responsabilidade por isso, e pelo planeamento da escola pública no Concelho, assaca-se a quem sempre governou no Município. -----

Questionou por que razão mais de 65.000 habitantes do noroeste do Concelho hão de estar prejudicados por inércia e por incompetência daqueles que, no dever público municipal, não souberam dar resposta a essas populações e que esses, agora, estão a ver-se com essa tremenda responsabilidade. -----

Perguntou como é que alguns podem afirmar que não estão de acordo que os alunos saiam do Concelho quando, ao lado, existe um concelho que, não chegando aos 22 mil habitantes, tem três escolas secundárias públicas, tendo o concelho de Santa Maria da Feira, com cerca de 140.000 habitantes, apenas duas, questionando se o executivo PSD da Câmara anda a dormir ou se está a brincar com as pessoas, frisando que é preciso haver seriedade nas discussões.-----

Salientou que no início do presente mandato, em dezembro de 2013, o grupo municipal do PS, através da deputada municipal Carla Adriana, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara como é que estava a Carta Escolar, visto estar desatualizada desde 2010, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que a atualização estava em processo. Disse que, até hoje, tal atualização não aconteceu, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se é assim que quer tratar a questão da educação pública no Concelho, se é assim que quer tratar as pessoas do noroeste do Concelho, que estão a ser prejudicadas.-----



Em relação à afirmação de que se trata de uma questão de qualidade, salientou que o Sr. Presidente da Câmara foi injusto com os professores e com a escola pública concelhia porque veio dizer, inclusivamente, que as pessoas pobres do Concelho não tinham direito a ensino de excelência de uma escola privada.-----

Disse ser certo que o Colégio de Santa Maria de Lamas é de excelência, que conhece bem essa escola porque estudou nela, mas que esse facto não a inibe porque, como deputada municipal, olha sem demagogia para estas matérias, tratando-as com muita seriedade, pelo que não haveria falsidade da sua parte. -----

Salientou que aquilo que o PS reclama da Câmara, com as propostas que faz, é que esta se sente à mesa com os agentes da Educação, com o Ministério da Educação e com o Colégio de Lamas, e discuta seriamente a matéria e dê resposta às pessoas que, até ao momento, estão sem ela porque a Câmara não foi capaz de responder às necessidades educativas do Concelho, nomeadamente de Santa Maria de Lamas. -----

O membro *Manuel Almeida* (PS) pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa – o que lhe foi concedido – sugerindo à Mesa no sentido de que, uma vez esgotados os lugares sentados destinados ao público e dado existirem cadeiras vazias na zona destinada aos membros da Assembleia, que os membros sentados nas duas últimas filas dessa zona avançassem para as filas da frente, libertando esses lugares de maneira a que as pessoas do público que se encontravam de pé se pudessem sentar nelas. -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* aceitou a sugestão e providenciou nesse sentido, agradecendo ao membro Manuel Almeida pela colaboração na condução dos trabalhos. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que iria focar a sua intervenção na matéria relativa à educação, frisando que o CDS-PP é a favor da escola pública mas que também é a favor da escola com qualidade e a favor de que as pessoas tenham acesso à educação. -----

Referiu que durante 48 anos o País viveu na penumbra, onde não existia direito de pensar, de ter opinião, de ter educação, que era cortando a educação que se iludia as pessoas, e que, findo esse período negro, a grande transformação que Portugal conseguiu fazer assenta exclusivamente na possibilidade da educação, salientando ter sido isso que permitiu ao País



desenvolver-se, às pessoas terem opinião crítica, que gerações e gerações pudessem ter direito a um trabalho diferente, que pudesse haver uma certa igualdade no acesso à educação, igualdade no acesso a tudo. -----

Disse que o País não tinha, há 42 anos, capacidade de dar resposta e permitir a educação a todas as pessoas e que foi por isso que o ensino particular e cooperativo passou a desempenhar uma função nessa parte, substituindo o Estado nessa responsabilidade, salientando que o Colégio de Lamas faz isso há 40 anos, tal como fazem muitos outros colégios do País, permitindo que todos, ricos e pobres, pudessem ter uma vida diferente e uma perspetiva diferente para a própria vida. -----

Referiu ser muito estranho, 38 anos depois de ter sido posto de lado um argumento que é supletivo, ter de se voltar a defender que o supletivo na escola pública tem que voltar, frisando que os tempos mudaram mas que as consciências são as mesmas, que toda a gente tem direito a ter uma opção e a procurar o que é melhor para si. -----

Disse que quando se fala no Colégio de Lamas, e das instituições do género, e daquilo que oferecem, está-se a falar exatamente de serviço público, ressaltando que ninguém está a valorizar uns em prol dos outros porque ambas as áreas, a escola pública e a não pública, são importantíssimas. Frisou que a escola não pública desempenha, também, uma ação social importante e desempenha serviço público, ressaltando ser isso que devia estar a ser discutido, pelo que perguntava se aquilo que o Colégio de Lamas produz, bem como as outras instituições do género, não vale de nada. -----

Salientou que quando se fala no encerramento de escolas, como o Colégio de Lamas, aquilo que questiona é se é serviço público fazer transitar as crianças para escolas que, claramente, têm piores condições, respondendo que isso não é, claramente, fazer serviço público. -----

Destacou que aquilo que se está a verificar é uma discussão claramente ideológica e que a prova disso é o supletivo ter regressado 38 anos depois, realçando que aquilo que deve ser superiorizado e discutido é o que é melhor para as crianças, para as famílias, para as comunidades, e não discussões que tentam pôr uns contra os outros, como se uns tivessem melhores ideias e os outros piores ideias. -----

Concluindo a intervenção referiu que o importante são as gerações futuras, que as pessoas usufruam de ensino de qualidade, usufruam de serviço público. -----



Handwritten initials and marks

Interveio o membro *José Carlos Silva* – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD), que começou por dizer que as intervenções efetuadas foram esclarecedoras e que já se sabia que o PS de Santa Maria da Feira obedece ao PS nacional, comentando, contudo, que nunca pensou que uma candidata à Câmara – Margarida Gariso –, demonstrasse, logo na primeira oportunidade, que só vai fazer o que lhe mandarem. -----

Sobre a afirmação da deputada municipal Margarida Gariso de que a Câmara se deveria ter sentado à mesa para discutir a questão da educação, frisou ser isso mesmo que se pretende, ou seja, que todos os agentes envolvidos se sentem à mesa para discutir o caso do Colégio de Lamas. -----

Em relação ao atirar achas e levantar poeira, questionou quem é que construiu as escolas públicas, quem é que construiu mais uma escola secundária em São João da Madeira, quem é que gastou 6 mil milhões de euros na Parque Escolar, fazendo sobressair que a dívida que a Parque Escolar tem é de 934 milhões de euros. -----

Referiu que o Colégio de Lamas gasta cerca de 2.900 euros anuais por aluno quando as escolas de Fiães e de Lourosa gastam mais de 4.000 euros, questionando se o Colégio de Lamas não está a fazer serviço público e se as pessoas que escolhem a escola pública de Lamas não têm direito de escolha e de opinião. Ressalvou que a razão por se encontrarem tantos pais presentes na sala é porque estão preocupados com os seus filhos, dizendo que ninguém quer ver os seus filhos a serem tapa-buracos, mas que é isso que está a acontecer. ----

Em relação ao estudo feito pelo governo sobre o assunto, questionou a seriedade do mesmo, interrogando se alguém sabe aquilo que foi contabilizado no estudo, se alguém sabe quantas salas é que existem, se alguém sabe dizer o que é que as pessoas afetadas têm de fazer, fazendo sobressair que essas pessoas estão a sofrer com as escolhas que já foram feitas. -----

Salientou que quando o assunto foi lançado, em maio último, os alunos que entretanto fizeram os exames do 12.º ano foram prejudicados, tal como são prejudicados os professores uma vez que não têm um projeto de vida, apelando para que se cumpram os contratos de associação que foram feitos para 3 anos, para que não se mudem as regras a meio e para que haja sinceridade na discussão das matérias. -----

Concluindo a sua intervenção referiu não ter visto nenhum programa, de nenhum dos partidos que formam o governo, a dizer que tal situação iria acontecer, salientando que se querem mudar as coisas que mudem daqui a 3 anos, reafirmando que não estava à espera de ver a



candidata à Câmara Municipal, Margarida Gariso, a obedecer, logo na primeira situação, àquilo que o PS nacional diz, comentando que isso é muito mau. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, aludindo à recomendação do PS relativa à criação de um fundo de apoio à gestão das juntas de freguesia, disse ter sérias reservas quanto à legalidade da proposta uma vez que as receitas das autarquias e das freguesias estão claramente plasmadas na Lei das Finanças Locais. Realçou que o outro modo de transferência para as freguesias é, essencialmente, através da delegação de competências, dizendo que esse processo de delegação foi valorizado pela Câmara uma vez que, no início do mandato, foram assinados os respetivos contratos de delegação de competências com as juntas de freguesia. --- Frisou não haver qualquer discricionariedade ou arbitrariedade da Câmara na análise das situações, fazendo sobressair que são analisadas caso a caso, destacando que na presente sessão serão apreciadas três situações de atribuição de apoios a juntas de freguesia, de diferentes partidos. -----

Sublinhou que ele, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a partir do momento em que foi eleito passou a ser o presidente de 140 mil pessoas, de todas as freguesias, ressaltando que os presidentes das juntas, sejam do PS ou do PSD, podem comprovar esta sua afirmação e podem dizer qual é a posição e atuação que tem nestas circunstâncias. -----

Em relação à recomendação do BE no sentido de que sejam instalados serviços públicos nas antigas instalações da escola Fernando Pessoa, referiu que aquela escola está destinada, desde há 7 ou 8 anos, para ali ser construído o Centro Escolar de Santa Maria da Feira, que acolherá o 1.º ciclo e os jardins de infância. -----

Informou que aquando da construção da nova EB 2,3 Fernando Pessoa, a Câmara fez um acordo com a DREN, era na altura a diretora a Dra. Margarida Moreira, no sentido de que, quando a nova escola estivesse construída, fosse feita uma permuta dos terrenos, ficando a Câmara Municipal com as antigas instalações da Fernando Pessoa para aí construir o Centro Escolar. Fez notar que esse é o objetivo para aquelas instalações, que julga que a comunidade educativa vê com bons olhos essa solução, pelo que entende não ser adequado estar a mudar essa situação, estando a Câmara a aguardar pelo financiamento do governo para concretizar esse propósito. -----



Relativamente à polémica que envolve o Colégio de Lamas, disse ter mostrado o que pensava sobre o assunto quando, na última sessão desta Assembleia Municipal, interveio a esse respeito. Realçou ter ficado preocupado ao ouvir a deputada municipal Margarida Gariso, candidata do PS à Câmara nas próximas eleições autárquicas, imputar responsabilidades à Câmara por não se ter construído escolas secundárias, lembrando que o Município de Santa Maria da Feira foi o que mais investiu na área que é da sua competência, tendo construído 15 novos centros escolares.-----

Recordou a indignação que provocou o encerramento da escola da Carvalhosa, em Arrifana, em que se dizia que seria muito complicado fazer deslocar os alunos cerca de 600 metros, pelo que estranhava que agora, na situação do Colégio de Lamas, não se ache complicado fazer deslocar os alunos 10 quilómetros, comentando que as opiniões vão mudando conforme as circunstâncias.-----

Disse considerar absolutamente estratégico para o território a aposta na educação, nas boas condições de aprendizagem, razão pela qual em 20 de janeiro último, na Festa das Fogaceiras, a Câmara distinguiu o Ensino do Concelho, entre os quais todos os Agrupamentos de Escolas, pelo magnífico trabalho que fazem no território, ressaltando que, nessa altura, estava longe de imaginar a polémica que veio a acontecer, na qual se tenta lançar a escola pública contra a escola privada.-----

Sublinhou que, se fosse hoje, voltaria a fazer essa distinção, destacando ter grande apreço por todos os agrupamentos, ter grande apreço por todos os professores e funcionários das escolas do Concelho, pelo trabalho que têm feito na educação dos alunos, realçando que demonstrou esse apreço antes do início da polémica.-----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção dizendo que quando não está de acordo com aquilo que o seu partido indica, que o diz publicamente, dizendo ter sido isso que se verificou quando se pôs a questão da retirada de alguns serviços do Hospital S. Sebastião, quando se pôs a questão de ser criada uma nova empresa de água que iria aumentar o preço da água no município de Santa Maria da Feira, ou como quando entendeu que a CCDRN estava a prejudicar o Município na atribuição de fundos comunitários.-----

Referiu que se o seu partido o quer como candidato tem que o respeitar e, acima de tudo, respeitar o seu Concelho, tem que ouvir aquilo que diz em defesa de Santa Maria da Feira, realçando que nunca seria candidato se tivesse de andar a lamber as botas a alguém do seu



partido só para ser candidato. -----

Sobre o Colégio de Lamas, disse que esse colégio é uma escola pública onde qualquer filho, seja de um pobre ou de um rico, pode estudar, dizendo que esse é o grande trunfo daquele Colégio e que está a ser destruído. Referiu que o Colégio é uma boa escola, como são as escolas públicas do Concelho, ressaltando que existe uma oferta escolar e um equilíbrio muito bom no território que está a ser estragado, tal como está a ser destruído o direito das famílias de matricularem os filhos onde quiserem, questionando porque há de alguém de Lisboa dizer aos pais que não podem matricular os seus filhos, no caso em concreto, no Colégio de Lamas. Frisou que a questão não está relacionada com os custos, comentando que está a ser travado um combate desigual em relação ao Colégio de Lamas, que existe uma força que tenta lançar umas pessoas contra as outras, lamentando que tal esteja a acontecer. -----

Fez notar que as pessoas têm menos filhos e que a diminuição de alunos é uma realidade, comentando que esse problema está a atingir o Colégio de Lamas mas que, no futuro, atingirá outras escolas, recordando que já foram fechadas algumas escolas do 1.º Ciclo do Concelho e que, provavelmente, daqui por uns anos, ter-se-ão de encerrar mais algumas por não haver crianças. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara salientou que esse desafio deveria estar a ser enfrentado de maneira diferente, encontrando as melhores soluções para o território de Santa Maria da Feira, o mais consensualmente possível, lamentando que tal não esteja a acontecer, que se esteja a lançar o estatal contra o privado, pessoas contra pessoas, professores contra professores, como se uns valessem menos do que os outros, sublinhando que são todos profissionais competentes que merecem o respeito e o empenho de todos. -----

*Entretanto, no decorrer da discussão das moções e recomendações, entraram os membros Domingues Pereira, Juliana Rocha, Márcio Correia e António Valdemar Ribeiro.-----
Saiu o membro Ana Pires de Oliveira.-----*

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– Moção apresentada pelo membro Ricardo Silva (CDU) intitulada “A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma



Obrigação do Estado Português”: -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, CDU, BE), 32 votos contra (PSD: 30, CDS-PP, IND.) e 1 abstenção (PS – Maria Manuela Teixeira), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se d  aqui por transcrito. -----

Voto apresentado pelo membro Ricardo Silva (CDU) intitulado “Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)”: -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor (PS: 11, CDU, BE), 32 votos contra (PSD: 30, CDS-PP, IND.) e 5 abstenções (PS – António Santos, Sérgio Cirino, Márcio Correia, Valdemar Silva, Maria Manuela Teixeira), rejeitar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se d  aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Ricardo Silva (CDU) intitulada “Não a uma Europa das deportações”*”: -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, CDU, BE), 31 votos contra (PSD: 30, IND.) e 2 abstenções (CDS-PP, PS – Maria Manuela Teixeira), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se d  aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Manuel Almeida (PS) intitulada “Criação de um fundo de apoio   gestão das Juntas de Freguesia”*”: -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 16, CDU, BE), 31 votos contra (PSD: 30, IND.) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se d  aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Repúdio pela Violência Homof bica”*”: -----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se



[Handwritten initials]

dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Pelo investimento no Serviço Nacional de Saúde”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Utilização de edifícios públicos abandonados”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS: 14, CDU, BE), 31 votos contra (PSD: 30, IND.) e 3 abstenções (CDS-PP, PS: 2 – Eduardo Rocha e Valdemar Silva), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Moção apresentada pelo membro José Carlos Silva (PSD) intitulada “Pela defesa do serviço público de educação do concelho de Santa Maria da Feira”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, IND.), 4 votos contra (CDU, BE, PS: 2 – Carla Pereira e Sérgio Cirino) e 14 abstenções (PS), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Entrou o membro Augusto Santos. -----

– *Moção apresentada pelo membro José Carlos Silva (PSD) intitulada “Pela defesa da Rede Social concelhia e pelo reconhecimento da importância das IPSS do concelho de Santa Maria da Feira”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, IND.), 2 votos contra (CDU, BE) e 17 abstenções (PS), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten mark

Entrou Joana Coelho, em representação do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – substituição essa que foi, nesse instante, devidamente anunciada. -----

Reentrou o membro Ana Pires de Oliveira. -----

O membro **Moisés Ferreira** (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Só para anunciar e para ficar registado em ata que o Bloco de Esquerda votou contra as duas moções apresentadas pelo PSD, a que se diz pela defesa do serviço público de educação do Concelho porque, apesar do título, ela não defende, como se percebe, o serviço público de educação do Concelho e consegue ter pérolas como vir exigir a requalificação da EB 2/3 de Lourosa ou da EB 2/3 e Secundária de Fiães. E nós podíamos acrescentar a estas outras, como por exemplo a de Argoncilhe, como por exemplo o pavilhão da EB 2/3 de Paços de Brandão, etc. Esquecem-se de dizer que estiveram quatro anos no governo e aquilo que aconteceu foi a deterioração destas escolas e não o investimento nestas escolas, que a deterioração destas escolas está intimamente ligada à falta de financiamento da escola pública para poder financiar a escola privada. -----

E sobre as IPSS no concelho de Santa Maria da Feira dizer que o Bloco de Esquerda valoriza o trabalho de todos os profissionais na área social mas que, enfim, esta moção tem apenas um objetivo, que é fazer um ataque sectário e ideológico, isso sim, ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista Português, e, portanto, não há outro objetivo nesta moção. Não é para falar das IPSS, não é para enaltecer o trabalho das IPSS, é para, baseado em falsidades e em mentiras, atacar o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.-----

Aliás, veja-se bem, esta moção diz cuidado, cuidado, que eles querem coisas perigosíssimas. Uma rede pública de creches, cuidado. Cuidado que uma rede pública de creches é gravíssimo no País. Cuidado que o Bloco de Esquerda quer uma coisa que é remuneração pelo trabalho, as pessoas ganharem pelo trabalho que fazem, cuidado que isso também é perigosíssimo. -----

Terminarei, Sr. Presidente, com uma frase. Ambas as moções dizem que rejeitam uma estatização da sociedade, esquecem-se de dizer uma coisa, que é que aquilo que defendem é a canalização do dinheiro público para financiar negócios privados.” -----

O membro **Daniel Gomes** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----



“O Partido Socialista decidiu abster-se na moção apresentada para a defesa das IPSS, naturalmente nós defendemos o trabalho que é feito por todas as IPSS no nosso Concelho, são absolutamente importantes, fundamentais para resolver problemas sociais e mais variadíssimas carências que existem no nosso tecido social, inclusive podem reforçar laços sociais e fortalecem as relações de confiança, e, portanto, são muito importantes. -----
Para além disso consideramos, inclusive, pertinente referir que é uma proposta do Partido Socialista que permite alargar a rede escolar às crianças dos três anos, e os senhores aproveitam-se dessa proposta para vir fazer chicana política, é realmente incrível. -----
Portanto, nós abtemo-nos porque este documento cheira a campanha eleitoral, e nós temos muitos outros problemas para resolver antes de estar a fazer campanha eleitoral. -----
E já agora, se esta declaração de voto pudesse constar do documento que vai ser enviado a todas as instituições do nosso Concelho, seria pertinente.”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu, a propósito do proferido pelo membro Daniel Gomes na sua declaração de voto, que a proposta que estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos três anos não foi uma proposta do Partido Socialista, que foi uma proposta do Partido Social Democrata e do Partido Popular, fazendo notar que foi ele próprio que redigiu essa proposta, no seu computador, daí querer fazer este reparo para repor alguma verdade. -----

A deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----
“Tenho a dizer que votei contra esta moção do PSD porque cumpra-se a Constituição. Durante os quatro anos passados andaram a incumprir, o governo andou a incumprir, percebe-se agora que estejam tão nervosos e não querem voltar atrás. -----
O governo, este governo, vai cumprir a Constituição e, por outro lado, continuaremos a exigir que o Presidente da Câmara faça uma atualização da Carta Educativa. Se isso já tivesse sido feito há mais tempo, provavelmente nada disto se estaria aqui a passar. -----
Não posso também de deixar de comentar, o Sr. Presidente da Câmara diz: vamo-nos sentar à mesa. Então, há dois anos atrás, quando um grupo de professores preocupados, das escolas EB 2/3 de Lourosa, Paços de Brandão, Argoncilhe, quiseram sentar-se à mesa e reunir com o Sr. Presidente da Câmara, o que é que o senhor fez? Até hoje? Nada. Recusou-se, não deu



Handwritten signatures and initials

resposta, não se sentou à mesa. Por isso digo só e apenas, viva a Constituição.” -----

A deputada municipal **Carla Pereira** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Eu simplesmente queria dizer que votei contra a moção apresentada pelo PSD pela defesa do serviço público de educação porque é uma completa falácia. Porque se anteriormente votaram contra, todos os membros do PSD, sobre a escola pública universal, inclusiva e gratuita para todos, como é que poderiam agora, depois, numa falsidade e num erro de leitura e de tema de uma moção, estar aqui a defender o condicionamento do investimento público, que deveria ser público para o melhoramento das escolas públicas, das quais muitas encontram-se a fechar devido ao baixo índice de natalidade. -----

A minha escola primária está fechada, em que eu ia a pé para a escola, e tenho saudades de a ter aberta. E muitas das escolas estão a fechar. Já agora, vamos fechar também as maternidades públicas, vamos atribuir os subsídios aos privados. Vamos. Porque o nosso Estado público é dinheiro público. Se o público tem capacidade de dar resposta a todas as maternidades não vamos apoiar duplicações, não vamos apoiar desperdício. Vamos apoiar, sim, que haja o devido investimento na escola pública e que essa tenha as condições devidas. Não desperdício, não duplicação. -----

O Sr. Presidente da Câmara está a exigir o apoio para a antiga escola Fernando Pessoa, então vamos ter esse apoio e retirar de onde ele não é necessário e não é devido. Certo?-----
Se não, se calhar, até vamos dar a saúde aos privados, vamos fechar tudo o que é público para entregar aos privados.” -----

O membro **Válter Amorim** (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Primeiro apontamento. A escola pública gratuita, universal, inclusiva e de qualidade é um direito de todos os cidadãos e uma obrigação do Estado português. Não é um título que preconiza uma moção, é o seu conteúdo, por isso é que votei contra. Porquê? Porque claramente aquilo que tem sido feito ao longo destes 40 anos no Colégio de Santa Maria de Lamas, e por demais instituições do género, tem sido serviço público, escola pública. -----
Passando para a moção “Não a uma Europa das Deportações”, votei, neste caso, em abstenção. De facto, o CDS não pode menorizar este tema, este tema é extremamente importante. É um problema que nos assola, hoje em dia, na Europa, mas a verdade é que, mais



uma vez, o título não faz uma moção. Os seus conteúdos é que devem ser esmiuçados e discutidos. E quando um partido fala contra a NATO e contra protocolos que estão devidamente instituídos e assumidos por Portugal, e não o fez, por exemplo, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, ou outros países do género, de facto, é minorizar o assunto. E, de facto, a abstenção advém daí, pela importância do assunto. -----

Sobre a moção do PSD “Pela defesa da Rede Social Concelhia e pelo reconhecimento da importância das IPSS do concelho de Santa Maria da Feira”, elas são vitais para o concelho de Santa Maria da Feira, como são para o resto do País. E, de facto, elas fazem serviço público. Como o Estado não consegue fazer, têm sido as IPSS a desenvolver. Pode não ser tudo certo, pode não ser tudo perfeito, mas a verdade é que elas são vitais para as nossas comunidades e, portanto, claramente a favor. -----

Para finalizar, “Pela defesa do serviço público de educação do concelho de Santa Maria da Feira”, o CDS votou claramente a favor porque, efetivamente, aquilo que estamos a discutir é o serviço público, e esse tem sido feito há 40 anos.” -----

O membro **Oscar Neves** – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas (PSD), leu declaração de voto cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Votei favoravelmente a Moção do Grupo Municipal do PSD sobre o Colégio de Lamas porque não admito que coloquem a possibilidade de perdermos o nosso Colégio. -----

Este governo de gincana está a atacar a freguesia de Santa Maria de Lamas e o Colégio de Lamas, pertença da Casa do Povo. -----

Sem que se perceba muito bem porquê, este governo das esquerdas pretende tirar ao Povo uma das suas maiores obras: o nosso Colégio! -----

Foi a Casa do Povo de Santa Maria de Lamas que ergueu esta obra, que sempre serviu o nosso concelho, e não admitimos que a queiram matar! -----

O Colégio é apenas uma parte visível do trabalho efetuado pela Casa do Povo, cuja ação vai muito para além do Ensino. -----

Há quem não saiba, mas o Colégio de Lamas não existe, nem nunca existiu, enquanto entidade jurídica autónoma. O Colégio é, e sempre foi, pertença da casa do Povo de Santa Maria de Lamas e os lamacenses sentem-no como seu. -----

Ao longo dos anos, Santa Maria de Lamas tem sabido honrar a doação efetuada à freguesia



pelo Comendador Henrique Amorim e, para além do Colégio, a Casa do Povo de Lamas, sublinho, instituição sem fins lucrativos, executa um relevante trabalho. -----
Garante habitação de carácter social, designadamente no Bairro das Peras, no Bairro da Cantina, no Bairro da Mata e no Edifício Salgueirinha, entre outros, num total de 74 fogos, para além de dinamizar outros equipamentos de carácter social, desportivo e cultural, destacando, a título de exemplo, o Museu de Lamas e o Infantário. -----
As famílias mais desfavorecidas da nossa região sempre frequentaram, de forma gratuita, a nossa escola. -----
E assim queremos que se mantenha. -----
Este ataque cego do Governo ao Colégio de Lamas coloca em causa a própria sobrevivência da Casa do Povo e a continuidade da sua intervenção social, bem como toda a dinâmica socioeconómica e territorial de Santa Maria de Lamas. -----
Não admitimos que matem uma parte da nossa freguesia.” -----

Perante a manifestação do público – aplausos – verificada no final da intervenção do membro Óscar Neves, o *Sr. Presidente da Assembleia* reforçou o pedido para que o público não se manifestasse, por concordância ou discordância.-----
Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a pedido deste, para efeitos da defesa da honra, nos termos regimentais.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* interveio para defesa da honra, dizendo o que, seguidamente, se passa a citar: -----
“Eu fui aqui algumas vezes alvo de intervenções ofensivas e mentirosas e, naturalmente, que entendo repor a verdade dos factos. -----
Apenas para dizer que nunca nenhuma direção de escola deixou de ser recebida pelo Presidente da Câmara, é mentira de quem afirma isso.-----
Apenas para dizer, também, que fizemos a maior renovação de sempre do nosso parque escolar, e as obras provam-no. Fizemos, e eu estava à frente das obras municipais, a renovação da escola de Paços de Brandão. Fizemos uma nova escola Fernando Pessoa. Temos lutado afincadamente, nos fundos comunitários e no mapeamento, pela reabilitação da escola de Fiães. Tentamos incluir, neste mapeamento, a escola de Lourosa.-----



Portanto, é falso quando dizem que a Câmara não fez a defesa da escola. E nunca vão ter o Presidente da Câmara contra a escola pública, vão ter sempre o Presidente da Câmara ao lado da melhor escola. -----

Uma última nota à professora Carla Adriana, que fez este ataque pessoal, para lhe dizer que compreendo, sendo professora numa escola de Ovar, que sinta-se feliz por poder, eventualmente, recuperar alguns alunos. Deveria era ter questionado porque é que alguns alunos de Ovar preferiram vir para Santa Maria de Lamas.” -----

A deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS) pediu a palavra para defesa da honra, o que lhe foi concedido, dizendo o que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Sr. Presidente da Câmara, eu não lhe fiz um ataque pessoal. O que eu disse é que houve um abaixo-assinado, de um grupo de professores e pessoal não docente, de pessoal docente e não docente, de cerca de 200 pessoas, das EB 2/3 de Paços de Brandão, Argoncilhe e Lourosa, pedindo uma reunião com o Sr. Presidente para que se sentassem à mesa com o Colégio de Lamas para, em conjunto, chegarem a um acordo. -----

Agora, não lhe admito que fale de mim enquanto professora, não me conhece enquanto profissional, portanto, não me vai julgar. Não sou funcionária da Câmara, portanto, não me vai avaliar.” -----

Sairam os membros Rui Ribeiro, Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 15 – Sessão Ordinária de 29 de abril de 2016 -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos Srs. membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer a discriminação do sentido de voto de cada grupo ou deputado municipal – como estipula o artigo 42.º do Regimento em vigor –, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -- Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor e 12 abstenções, aprovar a Ata N.º 15, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2016. -----

Saiu o membro Sérgio Cirino.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do III Relatório de 2016, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado o presente assunto não exigir qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

Reentraram os membros Rui Ribeiro, Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira.-----

Saíram os membros António Valdemar Ribeiro, José Castro, João Cunha e Margarida Alfama.-----

3 – Prestação de Contas Consolidadas de 2015-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 13 de junho de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que o documento em apreço reproduz contabilisticamente aquilo que foi o exercício do mandato autárquico de 2015 e que,



tecnicamente, não suscita qualquer dúvida ao grupo municipal do PS, merecendo inclusive o reconhecimento da sua contínua melhoria, na sua apresentação ao longo dos últimos anos.-----
Referiu que, não obstante isso, os membros desta Assembleia desempenham funções políticas, que se sobrepõem às funções técnicas, sendo nesse âmbito que o grupo municipal do PS fazia a avaliação das Contas Consolidadas de 2015. -----

Disse que os efeitos nas Contas provocados pelos resultados das empresas que integram o perímetro de consolidação são desiguais, ressaltando que os resultados operacionais praticamente não se alteraram, que os resultados financeiros agravaram-se sensivelmente 767 mil euros e que o resultado líquido decresceu cerca de 31 mil euros, destacando ainda que as dívidas de médio e longo prazo provêm exclusivamente da entidade mãe, isto é, do Município de Santa Maria da Feira. -----

Realçou que o aumento de 917 mil euros nas provisões de cobrança duvidosa permite recordar os efeitos das políticas de austeridade dos últimos anos e a importância de uma política social consistente e alargada que permita aos concidadãos feirenses a saída dos ciclos infernais de pobreza e desemprego. -----

Referiu que o documento apresenta uma redução de dívida ligeiramente superior aos 6 milhões de euros mas que não refere tudo aquilo que ficou por fazer e quantos passos se deram para trás para que essa redução fosse possível. Disse que a fixação na redução a qualquer custo da dívida traduziu-se numa exígua execução de 40% do Plano Plurianual de Investimentos; no não cumprimento da promessa eleitoral de repavimentar as estradas em mau estado no Concelho, salientando serem quase todas as estradas que estão nessa situação; no protelamento de projetos essenciais para o bem-estar dos cidadãos e para o desenvolvimento económico, nomeadamente no desajustamento face à realidade atual do estado de algumas zonas industriais. -----

Disse faltar o aprimoramento de alguns espaços desportivos concelhios, entre os quais o Parque Desportivo de Sanfins, faltar ambição e estratégia no domínio ambiental, salientando que se continua a constatar a acumulação de resíduos nas bermas das estradas e o aparecimento de águas poluídas nas ribeiras locais, ao que acresce os problemas resultantes do aterro sanitário de Canedo. -----

Referiu faltar a reabilitação do património do Município, faltar a reabilitação da habitação social, faltar a organização do espaço público para permitir a mobilidade de todos,



acrescentando que a Linha do Vouga é sempre esquecida enquanto meio de transporte com mais potencial do Concelho.-----

Fez notar que as situações que elencou são algumas das muitas situações que poderiam ser referidas, sublinhando que, em suma, o Executivo PSD da Câmara gaba-se daquilo que não fez, comentando que se o tivesse feito, como era sua obrigação, talvez não tivesse tido resultados financeiros tão apelativos para apresentar mas que teria, certamente, melhorado os resultados sociais.-----

Realçou que o Executivo PSD entende que o bem-estar da população pode esperar porque o seu mercado são os lucros, destacando que o mercado do PS são as pessoas e que é nesse aspeto que reside a grande diferença entre os dois partidos.-----

Frisou que, devido à evidente falta de cumprimento perante a população e pelas opções políticas tomadas pelo Executivo PSD, o Grupo Municipal do PS votaria contra as Contas Consolidadas de 2015.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Daniel Gomes questionou ao Sr. Presidente da Câmara a que se devem os processos judiciais que obrigaram o Município a constituir, no seu conjunto, uma provisão de cerca de 817 mil euros.-----

Interveio o membro *Ricardo Silva* (CDU) que leu o documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Relembramos que este se trata de um documento técnico e que desse ponto não nos pode carecer apontamentos. Uma vez mais está patente a qualidade dos técnicos do município.-----

Porém cabe-nos fazer a análise política do que tem sido a gestão da CMF, que se tem valido do desinvestimento para tentar colmatar aquilo que foi o esbanjamento durante anos. Sendo que salientaremos alguns pontos:-----

1 – Por diversas vezes tem ficado patente que no Concelho de Santa Maria da Feira se regista a ausência de uma rede de transportes de qualidade e capaz de satisfazer os interesses da população.-----

Aproveitamos, para questionar o executivo se há algum estudo no respeitante à mobilidade e transportes no concelho. Caso não exista, quando o pretendem realizar?-----

2 – Ainda relativamente a 2015 - Senhor Presidente, deixo-lhe ainda algumas questões que queremos ver esclarecidas:-----



- . Quantas escolas faltam ligar à rede pública de saneamento?-----
- . Quantas escolas precisam de passeadeiras na via pública?-----
- . Quantas escolas têm telhados de fibrocimento com amianto no nosso concelho?-----
- 3 – Passou-se 2015 e não se verificou obras de revitalização dos degradados bairros sociais municipais. É esta a consolidação financeira que se pretende para uma Câmara Municipal? Feita à custa do abandono das populações e da qualidade de vida destas? -----
- 4 – Depois de em 2014 termos ficado a saber que o município não tem qualquer motivação de reabilitar os espaços dos Campos de Minigolfe, vão estes permanecer ao abandono? -----
- 5 – Para terminar, e porque já lá vão praticamente 3 anos que foi aprovado na Assembleia Municipal. A Câmara Municipal já tem um espaço público para a atribuição do nome de Álvaro Cunhal? Se não tem, quando pretende ter?” -----

Interveio o membro **Válter Amorim** (CDS-PP) que começou por dizer que quando se fala na Prestação de Contas Consolidadas fala-se de um documento eminentemente técnico, realçando que o documento apresentado está muito melhorado, que tem melhorado de ano para ano, pelo que todos os funcionários da Câmara merecem ser parabenizados pelo que têm conseguido desenvolver. -----

Referiu que sendo um documento técnico não é um documento que possa ser discutido em termos políticos, dizendo que somente haveria razão para discussão política caso houvesse divergências entre aquilo que foi o Relatório e Contas e a Consolidação agora apresentada. ----
Disse que o documento em apreço é uma ferramenta de gestão importante para perceber se aquilo que o Município apresentou, no seu Relatório e Contas, está vertido na Consolidação das Contas, para perceber se há algum desalinhamento, se há alguma fuga de capitais para alguma empresa pública ou para alguma entidade que faça parte do universo da consolidação das contas.-----

Salientou que aquilo que o documento transpõe é que existe, na visão do CDS-PP, uma mudança de paradigma nos últimos anos, em termos da gestão, realçando ser totalmente diferente em relação ao passado e que essa questão podia, efetivamente, ser discutida politicamente.-----

Frisou que melhor gestão preconiza melhor futuro, que sem uma boa gestão o Concelho não terá futuro, fazendo sobressair que a questão da dívida é algo que preocupa ao CDS-PP



porque representa a diferença entre ter ou não ter futuro, pelo que é com agrado que constata a diminuição constante dos passivos, a diminuição da dívida, o crescimento do ativo e a diminuição da dependência de capitais alheios. -----

Destacou o aumento das receitas, dizendo que esse aspeto permite pensar no futuro próximo, em fazer investimento de outra forma, com uma outra visão e com uma outra estratégia que poderá aprimorar e trazer para o Concelho novas soluções. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Válder Amorim referiu que a redução do prazo médio de pagamentos é também vital porque, ao fazê-lo, a Câmara está a intervir diretamente na economia local, está a intervir diretamente na gestão dos privados e daqueles que ajudam o Concelho. -----

Interveio o membro *José Carlos Silva* – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD), que iniciou por dizer ter achado interessante que, ao falar-se das Contas da Câmara, não se tenha ouvido a conversa antiga de que a Câmara Municipal está completamente falida, fazendo sobressair que se verificou uma redução do passivo de cerca de 7 milhões de euros e que isso se deveu à gestão rigorosa feita pela Câmara. -----

Referiu que foram feitas execuções muito importantes, realçando a coragem da Câmara para aceitar um equipamento como o Europarque, assumindo riscos, dizendo tratar-se de um equipamento que envolve grandes investimentos e que pode criar muitos postos de trabalho, que são bastante precisos para o Concelho, salientando que tal foi possível devido a um grande plano estratégico elaborado pela Câmara. -----

Frisou que quando a Câmara paga a tempo e horas, em menos de 30 dias, está a injetar dinheiro na economia local, está a proporcionar que haja a criação de postos de trabalho. -----

Disse que quando o investimento é reduzido, devido a uma conjuntura em que os fundos comunitários estão completamente parados, tem de ser a Câmara Municipal a ter a capacidade de fazer com que os investimentos existentes sejam claramente potenciados. -----

Quanto às Contas Consolidadas de 2015 frisou ser um documento técnico no qual não se vê um único indicador que não seja positivo, reafirmando ser importante perceber que já não se ouve falar que a Câmara está falida ou que não tem capacidade de endividamento. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Carlos referiu que, contrariamente ao atual governo que não quer antecipar o pagamento das dívidas de médio e longo prazo porque quer



gastar para, depois, quem vier a seguir pagar, a Câmara está a antecipar o pagamento das dívidas, está com as contas perfeitamente equilibradas, sublinhando que isso é reflexo de um modelo de gestão eficiente. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por agradecer os elogios dados pelo melhoramento dos documentos em apreço, dando nota que, na sua opinião, a Câmara apresentou números muito bons no que às suas contas diz respeito, destacando a diminuição da dívida, em 2015, em quase 7 milhões de euros, bem como o facto de a Câmara estar a pagar aos seus fornecedores em 17 dias, quase a pronto-pagamento, comentando que fez questão que assim fosse porque, por força dessa boa gestão financeira, a Câmara consegue obter preços muito bons. -----

Em relação ao proferido pelo membro Daniel Gomes disse que aquele membro enumerou uma séria de coisas que, no entendimento do mesmo, faltam ser feitas pela Câmara, comentando que algumas das coisas ditas não são verdadeiras e que só faltou o Daniel Gomes dizer que a Câmara é responsável por não se ter transferido o aeroporto Sá Carneiro para Santa Maria da Feira. -----

Sobre a constituição de provisões para processos judiciais referiu ser um procedimento frequente porque existem sempre particulares que interpõem ações contra a Câmara, tendo esta, por força da lei, de constituir tais provisões, fazendo notar que a Câmara tem ganho a generalidade dessas ações. -----

Quanto às questões colocadas pelo membro Ricardo Silva, comentou que nunca irão acabar as coisas que faltam fazer porque haverá sempre razões para trabalhar e para viver, dizendo ter-lhe causado espanto a preocupação manifestada pelo Ricardo Silva com os campos de minigolfe. Sobre essa questão referiu que a Câmara optou pela construção de campos de futebol com relvado sintético e pela construção de dois pavilhões desportivos, frisando que a aposta da Câmara é na área desportiva e no apoio aos clubes para que as crianças possam praticar desporto, salientando que os campos de minigolfe não são, para a Câmara, uma prioridade. -----

Em relação à atribuição do nome de Álvaro Cunhal a um espaço do Município, disse ainda não ter havido oportunidade para isso, salientando que, na generalidade, a Câmara aceita os nomes propostos pelas juntas de freguesia, comentando achar que também não se perde nada



de especial. -----
Quanto à questão do aumento das receitas, colocada pelo membro Válder Amorim, recordou que foi aplicada, em 2015, uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros, lembrando ainda que já foi aprovada uma redução da taxa de IMI tendo em conta o número de dependentes das famílias, salientando que o verdadeiro impacto dessa medida só será conhecido no final de 2016. -----
Concluindo a sua intervenção salientou que, efetivamente, verificou-se um ligeiro aumento da receita mas que esse aumento não é significativo, reafirmando que a Câmara já implementou algumas medidas de alívio da carga fiscal das famílias e dos pequenos negócios.-----

Interveio novamente o membro *Daniel Gomes* (PS) que disse não ter ouvido nenhuma resposta da parte do Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão que havia colocado sobre os processos judiciais que levou à constituição de uma provisão de quase 1 milhão de euros.-----

Em relação à redução da dívida da Câmara disse ser óbvio que o PSD não tem de vir falar daquilo que é menos conveniente para a Câmara Municipal, tal como não se pode esperar que ele – Daniel Gomes – venha fazer grandes louvores ao Executivo PSD da Câmara. Referiu que, de qualquer das formas, considera que ficaria bem que houvesse honestidade intelectual e que se dissesse que a Câmara Municipal conseguiu reduzir substancialmente a sua dívida porque deixou muito por fazer, porque não fez aquilo que lhe competia, que era investir. Frisou que, aliado a isso, a Câmara cobra impostos extremamente elevados, no caso do IMI 20% acima do mínimo, fazendo com que sobre alguma coisa para reduzir a dívida, reafirmando que essa redução não é por grande mérito do Executivo mas sim por falta de investimento.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* disse, sobre a questão dos processos judiciais, que foi entregue aos vereadores do PS na Câmara uma listagem dos processos judiciais, dando nota que faria chegar essa mesma listagem ao membro Daniel Gomes. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, IND., PS: 2 – Ana Pires de



Oliveira e Maria Manuela Teixeira), 13 votos contra (PS: 12, BE) e 3 abstenções (CDU, PS: 2 – Eduardo Rocha e Valdemar Silva), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2015 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Saiu o membro José Carlos Silva.-----

4 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 2 de maio de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 47 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar, sob proposta da Câmara, a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros, no valor de 13.000,00 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 2 de maio de 2016.-----

5 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros para obras diversas-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da



deliberação camarária de 30 de maio de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 47 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar, sob proposta da Câmara, a atribuição de apoio à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, no valor de 30.000,00 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 30 de maio de 2016. -----

Reentrou o membro António Valdemar Ribeiro. -----

6 – Estudo de sinalização de trânsito e estacionamento proibidos a pesados na Rua da Quinta, Rua da Cinquenta, Rua Floresta e Mar, Rua da Portela, Rua das Flores e Rua da Jacinta, como medida de mitigação da circulação de camiões em área residencial e de estacionamento indevido na Rua da Quinta, em Nogueira da Regedoura -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 2 de maio de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 48 dos 54 membros que compõem este Órgão, ratificar a sinalização de trânsito em apreço, nos termos do respetivo estudo de sinalização – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo



livro de atas. -----

Reentraram os membros José Castro, João Cunha, José Carlos Silva, Sérgio Cirino e Margarida Alfama. -----

Saiu o membro Ana Pires de Oliveira.-----

7 – Reclassificação das passagens de nível na Linha do Vouga (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Eduardo Rocha, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 7.594, em 3 de junho de 2016, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Fez ainda alusão à recomendação que aquele membro fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal.-----

Em seguida, passou a palavra ao membro Eduardo Rocha para fazer a apresentação dessa recomendação.-----

Usou da palavra o membro *Eduardo Rocha* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“RECLASSIFICAÇÃO DAS PASSAGENS DE NÍVEL SEM GUARDA NA LINHA DO VOUGA-----

Em 23 de novembro de 2008, após um aturado período de negociação, foi celebrado entre o Município de Santa Maria da Feira e a REFER EPE o protocolo de colaboração no âmbito do programa de supressão de passagens de nível (PN) na linha do Vouga, visando reforçar as condições de segurança das mesmas.-----

REFER e Município obrigavam-se a proceder à supressão e reclassificação através de automatização das PN da linha do Vouga em Santa Maria da Feira.-----

A REFER, no que diz respeito à reclassificação das PN, cumpriu tal obrigação, colocando cancelas automatizadas. No entanto, já quanto à supressão das PN, muito ficou por fazer.-----

Nos termos do protocolo, um largo número das PN destinadas a suprimir, tinham a supressão



condicionada à execução de restabelecimentos viários e à construção de passagens desniveladas. Por outras palavras, cabia à REFER e/ou Município, consoante os casos, a execução de vias alternativas (na sua maioria arruamentos paralelos à linha do Vouga), a construção de um túnel e duas passagens superiores.-----

Enquanto não fossem efetuados tais restabelecimentos de vias, as PN em questão não seriam suprimidas. Nem seriam reclassificadas através de automatização. -----

O calendário impunha como datas para finalizar todas as obras o ano de 2010. -----

Quase oito anos passados sobre a assinatura do protocolo, são muitas as PN sem guarda em funcionamento na Linha do Vouga, dentro do nosso concelho, pois tais PN nem foram “encerradas”, nem beneficiaram de reclassificação por automatização. -----

Esta situação não é aceitável em pleno século XXI, pois põe em grande perigo os Feirenses e os utentes das vias em geral. Infelizmente, com alguma frequência, chegam-nos notícias de acidentes com veículos e pessoas colhidos pelo comboio, normalmente com graves consequências. Ainda assim, poder-se-á dizer que o número de acidentes diminuiu, fruto da reclassificação das PN. -----

Em virtude das circunstâncias e da indefinição que recai sobre o futuro da Linha do Vouga, não é expectável que a curto prazo se encerrem as PN em questão. Na verdade, os processos de negociação com particulares para aquisição dos terrenos necessários à execução dos arruamentos alternativos está em stand-by; assim como a construção das passagens desniveladas pelo Município. -----

Assim,-----

face ao impasse em que se encontra o processo de supressão das PN na linha do Vouga,----- e ao enorme perigo que representa as PN sem guarda no concelho, conforme se constata pelos acidentes entretanto já ocorridos, -----

impõe-se, e desde já no curto prazo, tomar medidas para reforçar a segurança das mesmas, eliminando ou minimizando as situações de perigo. -----

Em face do exposto, os membros do Grupo Municipal do PS propõem que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal: -----

1 – Diligenciar junto da REFER no sentido de esta, de imediato, proceder à reclassificação através de automatização das Passagens de Nível sem guarda ainda existentes na Linha do Vouga, no concelho de Santa Maria da Feira; -----



- 2 – Sem prejuízo, diligenciar junto da REFER no sentido de esta cumprir as suas obrigações no protocolo, nomeadamente, proceder à construção dos restabelecimentos viários que permitam a supressão das PN;-----
- 3 – Promover a construção dos restabelecimentos viários e passagens desniveladas que, nos termos do protocolo, sejam da sua responsabilidade;-----
- 4 – Colocar a sinalização horizontal nas PN automatizadas (traço contínuo, bandas cromáticas e linha de paragem), conforme se obrigou no protocolo.” -----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que, tendo a Câmara assinado um protocolo com a REFER em 2008, então que o irá respeitar, comentando não estar no seu horizonte deixar de respeitar os contratos, como alguns fazem. -----

Fez notar que, posteriormente à assinatura desse protocolo, houve a intenção da REFER de encerrar a Linha do Vouga e que isso teve a oposição da Câmara, ressaltando que, entretanto, surgiu um projeto de requalificação da Linha para que ela sirva, de facto, a população. Referiu que a Linha do Vouga, tal como está, não serve a população, comentando que um comboio que anda a 10 km/hora não serve a população, acrescentando ainda que, para fazer a ligação à Linha do Norte, em Espinho, as pessoas ficam a uma distância considerável dessa estação, o que também não lhes serve. -----

Disse que a sua posição quanto à Linha do Vouga é pública, realçando considerar que a Linha só fará sentido sofrendo uma verdadeira requalificação que permita, de facto, melhorar a mobilidade no território, reafirmando que, tal como está, a Linha do Vouga não funciona e não é atrativa para as pessoas. -----

Salientou que apesar disso, e tendo em conta que já decorreram alguns anos desde a assinatura do protocolo com a REFER, entende ser de aceitar a recomendação de maneira a abrir esse dossiê, ressaltando que entretanto houve coisas que mudaram e será uma oportunidade para se reanalisar a proposta de reabilitação da linha, comentando que se for para ser reabilitada é preciso ver quais as situações em que é necessário intervir. -----

Concluindo a sua intervenção referiu que a Câmara, no caso da aprovação da recomendação, está disponível para acatá-la e, conseqüentemente, pedir uma reunião com os responsáveis da REFER para recuperar o processo da reabilitação da Linha do Vouga. -----



Interveio o membro **Ricardo Silva** (CDU) que leu o documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Como refere a recomendação, esta situação é inaceitável no século XXI.-----

É inaceitável que sucessivos governos do PSD, CDS e PS tenham promovido o desinvestimento da linha do Vouga que hoje é uma mera amostra do que foi em tempos.-----

Esta linha que ligava Espinho a Viseu, sempre representou uma mais-valia para as populações que há anos estão sem um serviço digno.-----

Já em 2009 a CDU reuniu com a REFER tendo-se esta comprometido com a dotação da linha de dispositivos de segurança que prevenissem mais acidentes neste troço ferroviário que era já na altura, lamentavelmente, recordista nacional em matéria de sinistralidade. Porém passados todos estes anos os sucessivos Governos de Lisboa e a CMF mantiveram-se sempre na sombra ignorando o ativo que é a linha do Vouga. É que nem sequer os deputados à Assembleia da República que são residentes no município formalizaram alguma iniciativa na defesa da linha.-----

Assim, mantem-se uma qualidade do serviço, mensurável na frequência das circulações: ainda que todos saibamos que o material já apodrece sobre os carris, e que as carruagens são manifestamente obsoletas, não oferecendo as mínimas condições de conforto exigíveis, menos razões teríamos para reclamar, desse-se o caso de estarmos servidos de um horário conforme às necessidades dos utentes, baseado em compromissos de regularidade e assiduidade, que permitisse aos utentes uma utilização quotidiana, como qualquer meio de transporte coletivo, onde o pressuposto de utilização é um tempo de espera que permita ao utilizador, mesmo ignorando os horários de passagem, dirigir-se à estação que mais lhe convier e aguardar a próxima circulação, na convicção de que tal não comprometerá fatalmente os seus horários pessoais.-----

É o deixar apodrecer para fechar na expectativa de favorecer algum compadrio privado.-----

Votaremos a favor desta recomendação, mas sem nunca esquecer os vários responsáveis pelo estado de degradação da linha do Vouga, porque não basta vestir pele de cordeiro para se ser!”-----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por dar nota que o BE acompanharia a recomendação, dizendo que a automatização das passagens de nível devem ser uma regra,



por uma questão de segurança. Referiu que algumas dessas passagens já foram automatizadas mas que é preciso que esse investimento seja concretizado em todas as passagens de nível, aliado de mais algumas medidas complementares. -----

Disse entender que a intenção da recomendação prende-se com a implementação de medidas que são urgentes para garantir a segurança, acrescentando que se fosse para falar de medidas urgentes para garantir a viabilidade, para garantir o futuro da Linha do Vouga, então haveria muito mais a dizer. -----

Salientou que o BE já apresentou propostas sobre o assunto, e que as mantém, realçando ser óbvio que, para além da automatização das passagens de nível, é preciso mudar a bitola da própria linha, é preciso eletrificar a linha, é preciso corrigir o traçado nas zonas onde ele é mais sinuoso, nas quais o comboio não pode circular a mais de 20 ou 30 km/hora, é preciso garantir melhores comboios, é preciso garantir mais horários e melhor adaptados às necessidades das pessoas para que estas se possam deslocar para o trabalho, para a escola, e para passear. -----

Disse ser preciso fazer tudo isso, comentando que a recomendação traduz parte daquilo que é necessário ser feito, pelo que o BE a acompanhava mas deixando a ressalva que, para além da automatização das passagens de nível, é preciso pensar a linha num todo e pugnar para que a mesma ligue diretamente à Linha do Norte, permitindo ligação direta, por exemplo, ao Porto, e não fique parada onde atualmente para porque isso traz constrangimentos e não garante que o comboio seja um meio de transporte mais aliciante para se usar. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 52 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a recomendação apresentada pelo membro Eduardo Rocha – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

8 – Documentos de Prestação de Contas de 2015 da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (para conhecimento) -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, a que se refere a comunicação remetida à Mesa, via correio eletrónico, registada na Divisão de Administração



Geral sob o n.º 6.125, em 3 de maio de 2016, enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Seguidamente, e tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento dos Documentos de Prestação de Contas de 2015 da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. -----

9 – Documentos de Prestação de Contas de 2015 da Área Metropolitana do Porto (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, a que se refere a comunicação remetida à Mesa, via correio eletrónico, por incumbência do Sr. Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 6.838, em 17 de maio de 2016, enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Seguidamente, e tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento dos Documentos de Prestação de Contas de 2015 da Área Metropolitana do Porto. -----

10 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Sanguedo para obras diversas -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de junho de 2016 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---
E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o



membro independente –, estando presentes 52 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar, sob proposta da Câmara, a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Sanguedo, no valor de 35.000,00 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de junho de 2016. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existirem cinco inscrições para intervir neste Período, que seguidamente se identificam:-----

1 – Marta Cláudia Cadete Meneses Carvalho-----

Morada: Avenida de Lourosa, Edifício Santiago, n.º 1712, 2.º R, 4535 Lourosa-----

Assunto: A Educação no concelho de Santa Maria da Feira.-----

2 – Isabel Alves Carvalho-----

Morada: Rua da Esperança, n.º 54, 4500-738 Nogueira da Regedoura-----

Assunto: Os nossos filhos vão estudar para fora do concelho?-----

3 – Paulo Jorge Gonçalves Fortunato-----

Morada: Rua da Quinta, n.º 10, 4520-531 Sanfins-----

Assunto: Uma Escola para todos.-----

4 – Manuel Almeida Alçada-----

Morada: Alameda Alfredo Henriques, n.º 469, 4535-159 Mozelos-----

Assunto: Que escola para as crianças de Mozelos?-----

5 – Manuel Gomes Sousa-----

Morada: Rua do Agro, n.º 268, 4535-193 Mozelos-----

Assunto: Pela defesa da nossa Escola.-----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra, nos termos regimentais, à cidadã Marta Carvalho.-----

Usou da palavra a cidadã *Marta Carvalho*, que leu documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

Em 1959 foi criada a Casa do Povo de Santa Maria de Lamas, sendo que um dos campos de ação desta instituição foi a Educação e o Ensino, que se apresentava muitíssimo carenciado,



visto que, para além da instrução primária, nada mais havia no Concelho da Feira.-----

Ao longo destes mais de 50 anos a Casa do Povo de SM Lamas impulsionou o Ensino e a Educação do nosso concelho. -----

No ano letivo que agora finda, encontravam-se matriculados no Colégio de Lamas cerca de 2.050 alunos, correspondentes a 21,7% do número total de alunos do concelho a frequentar o 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário. -----

A Educação é um dos pilares que fundamentam a nossa sociedade e foi neste Colégio que aprendi grandes lições de vida, onde me ensinaram os valores da Liberdade, da Igualdade e da Solidariedade.-----

Por isso, é lá que deposito total confiança para a Educação do meu filho. -----

Existe um projeto, um sonho que foi tornado realidade. -----

O Colégio soube crescer fruto de um gestão rigorosa ao longo dos anos, proveniente das verbas atribuídas pelo Estado, bem inferiores ao que as escolas estatais recebem anualmente. E toda a comunidade beneficia deste espaço. -----

O que o Estado está a querer impor, de forma injusta e cruel, é simplesmente acabar com a excelência. Houvesse mais escolas como esta, geridas deste modo, e mais crianças teriam acesso a um ensino mais qualificado e com menor despesa pública. -----

O Colégio tem as suas portas abertas a todos os alunos provenientes de todos os estratos sociais. -----

Ao contrário do que afirmam, o Colégio é uma escola pública, com gestão privada da Casa do Povo (sem fins lucrativos). -----

O Colégio possui e desenvolve um projeto educativo para todos!-----

Num estudo do Tribunal de Contas, que não inclui despesas relacionadas com construção, ampliação e remodelação de instalações, bem como a aquisição de equipamentos, foi apurado um custo médio de 4.415 € por aluno/ano nas escolas públicas do Estado. -----

No entanto, o custo médio aluno/ano no Colégio de Lamas é inferior a 2.700 €. -----

E com este valor, a Casa do Povo de Santa Maria de Lamas suporta todas as despesas de funcionamento, custos da manutenção das instalações e equipamentos, aquisição de computadores necessários, uma vez que não beneficia de qualquer “plano tecnológico da educação” e, se necessário, suporta obras de adaptação, remodelação ou ampliação das instalações, pois não teve “parque escolar” e, principalmente, assegura um serviço público de



educação de qualidade. -----

No Colégio de Lamas a gestão é absolutamente transparente. Com um valor muito inferior ao atribuído à Escola Pública do Estado, o Colégio de Lamas paga vencimentos aos seus trabalhadores, paga os impostos, as taxas e todas contribuições ao Estado. -----

E só é financiada pelo Estado se tiver alunos... -----

O Governo está a desferir um ataque ao nosso Colégio e quer empurrar os nossos filhos para outras escolas. E fá-lo socorrendo-se de um estudo feito em cima do joelho. -----

Das 14 escolas indicadas como alternativas ao Colégio, 7 situam-se fora do Concelho da Feira (uma delas fica mesmo noutra distrito – V.N. Gaia) e das 7 restantes, apenas duas tem o ensino secundário, nomeadamente em Santa Maria da Feira e Fiães. -----

As estimativas das distâncias entre o Colégio e as “escolas de proximidade”, feitas pelo Google Maps estão erradas. -----

A suposta existência de “escolas vazias” é também uma mentira, pois para o ensino básico uma escola que diz poder receber “turmas adicionais” está ocupada a 100% – 22 turmas para 22 salas de aula. Será que vamos voltar ao tempo de alunos enfiados em contentores? Ou contabilizar pavilhões como salas de aula. -----

Outras “escolas vazias” estão com graves problemas de conservação e segurança, incluindo a existência de amianto nas coberturas, não servindo para os alunos que a frequentam nem para mais nenhuns. -----

No nosso concelho, as secundárias estão com níveis de ocupação máximos, num dos casos superior a 100%. Sendo assim, como se compreende que os alunos tenham de procurar uma escola fora do Concelho quando existe o Colégio de Lamas com essa oferta? -----

Então, a extinção de turmas no Concelho da Feira, implica a abertura de turmas noutros concelhos, mas à custa dos alunos Feirenses. -----

Sr. Presidente da Câmara, tomo a liberdade de lhe fazer uma pergunta. Gostaria de saber se o Ministro da Educação ou a Secretária de Estado da Educação informou, articulou ou solicitou algum parecer à Câmara Municipal sobre toda esta situação? -----

É que no início, quando se dizia que o ataque aos contratos de associação era algo estritamente ideológico, diziam que não, que era uma questão de redução da despesa, uma questão de boa aplicação dos impostos, dos “nossos” impostos (como se os outros não pagassem também impostos). -----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

Depois, o discurso foi mudando.-----
Chegou a dizer-se que, mesmo que a escola do Estado fosse mais cara, era para ela que deveriam ir os impostos. Os deles e os dos outros.-----
Mas por trás do discurso público, lá iam assumindo que sim, claro que era, ou melhor, é uma questão ideológica. Quando vemos as forças que se uniram contra as escolas com contrato de associação, percebemos bem o que está em causa.-----
O Governo está hoje a fazer isso com os colégios, mas há já um pré-anúncio de um processo semelhante na Saúde. E logo depois, vêm as IPSS em nome de uma rede pública de creches, jardins-de-infância e pré-escolar. -----
Estamos a entrar numa lógica de questionar tudo sem ter em conta que o Estado não tem capacidade de resposta a todas as situações e que, na maior parte dos casos, o público não tem condições para acolher os alunos, apesar do estudo que foi feito em cima do joelho.-----
Se num espaço geográfico em que os pais podem escolher livremente a Escola a frequentar pelos seus filhos, o que os leva a escolher o Colégio de Lamas? -----
Por mim respondo: Identifico-me completamente com o Projeto Educativo do nosso Colégio. Todos fazemos parte de uma grande “família”, em que os docentes de hoje foram alunos de ontem, em que os Valores e Missão da Escola estão de tal forma enraizados que passam naturalmente a quem chega de novo.-----
Falo como Ex-Aluna, Mãe e Encarregada de Educação de um aluno do Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas.”-----

Usou da palavra a cidadã **Isabel Carvalho**, que leu documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“OS NOSSOS FILHOS VÃO ESTUDAR PARA FORA DO CONCELHO?-----
Existem bons e maus exemplos tanto nas privadas como nas públicas, temos de analisar caso a caso, pois não são todos iguais. -----
É importante lembrar que o Colégio é propriedade da Casa do Povo de Santa Maria de Lamas. É uma Instituição sem fins lucrativos, com 57 anos de história a formar com sucesso as gentes do nosso Concelho, e a desenvolver o município tanto ao nível cultural como social. -----
O Colégio prestou sempre um serviço público, já provou o seu valor tanto localmente, como a nível nacional, é um estabelecimento de ensino, que atingiu um patamar de excelência, em



termos de instalações físicas e de projeto educativo. -----

Surge agora alguém, com intenções pouco claras, que o quer matar, são cerca de 2100 alunos atingidos por esta medida do governo. -----

Quero lembrar que, não se trata de uma escola para classe de elite, mas para a classe operária. A senhora Secretária da Educação, que tanto defende a qualidade das escolas do Estado, não quer lá os seus filhos!-----

O maior entrave à descentralização da educação é a diminuição drástica do poder do Ministério da Educação e dos sindicatos. A Escola deixaria de ser uma arma de doutrinação do povo ao serviço do Estado, para passar a ser, de facto, uma ajuda real aos pais na educação dos seus filhos. É isso que a mentalidade da esquerda/socialista do nosso país não aguenta. ----

A luta pela liberdade de educação é por isso uma luta fundamental por um país mais livre e mais justo. Um país onde cada pai, independentemente da sua fortuna, ideologia, religião, educação, pode de facto cumprir a sua missão de educar os seus filhos. Enquanto assim não for, só os ricos serão livres para educar os seus filhos. -----

Se o governo não fizer marcha atrás nesta medida, os nossos filhos de Nogueira da Regedoura e outras freguesias, serão empurrados para escolas de outros concelhos, implicando complicadas deslocações diárias de autocarro. Os nossos filhos serão empurrados para escolas de freguesias e concelhos vizinhos que não apresentam a identidade do nosso município.-----

O governo mente, descaradamente, quando afirma que existe disponibilidade de salas de aula em escolas vizinhas. Uma simples análise ao número de alunos e às características das escolas permite antever que o Governo se prepara para “encaixotar” os nossos filhos em laboratórios e salas oficiais, ou seja, escolas sem capacidade de absorção de tantos alunos.-----

É assim que se defende a qualidade de ensino em Portugal? -----

Querem acabar com uma das melhores escolas do país e a troco de quê?-----

Esta incerteza provocou e provoca danos irremediáveis no equilíbrio emocional dos nossos filhos e das suas famílias. -----

Em certos casos como o meu, esta medida tem repercussões muito graves a nível social, pois irá isolar os idosos, pois a minha mãe com 73 anos de idade vai ficar mais sozinha, sem a companhia da neta.-----

Só quero salientar que os principais fatores para a minha filha frequentar esta escola são: confiar nela, economicamente e socialmente me ser mais vantajosa, ficar no meu trajeto



Handwritten signature and initials

casa/emprego, esta proximidade facilita o meu acompanhamento enquanto encarregada de educação. -----

Este é o meu caso, como de muitos pais de Nogueira da Regedoura.”-----

Usou da palavra o cidadão **Paulo Fortunato**, que leu documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“UMA ESCOLA PARA TODOS-----

Neste debate sobre a Escola Pública vs. Escola Privada têm sido proferidas tantas barbaridades e ditas tantas inverdades que entendo ser meu dever denunciar essas mentiras. --- Há quem diga que a Escola Privada se destina às elites e aos meninos de boas famílias, famílias ricas. No caso concreto do Colégio de Lamas tenho que dizer, alto e bom som, que isso é mentira. -----

Ao longo dos seus 40 e tal anos de atividade, o Colégio de Lamas nunca diferenciou nenhum dos seus alunos, nunca barrou a entrada a qualquer um dos milhares de alunos que por aquelas salas frequentaram a escola e se fizeram homens e mulheres.-----

Há mais de um terço das famílias dos alunos do Colégio de Lamas que são carenciadas beneficiando de Apoio Social. Poucos sabem, porque o Colégio faz ponto de honra em não o divulgar, mas existe um fundo de apoio social destinado a situações de emergência, apoiando alunos nas suas refeições, livros e material escolar. -----

Cerca de 90 alunos têm necessidades educativas especiais e o Colégio não lhes vira as costas e dá-lhes resposta com vista à sua inclusão na sociedade. -----

São inúmeros os projetos de natureza desportiva, social e culturais dinamizados pelo Colégio de Lamas, reforçando todos os dias o lema que lhe dá vida: Uma escola com valor e com valores.-----

Antes de tomar estas decisões, e ao arpejo das populações, seria bom que os senhores e senhoras do Governo tivessem a dignidade de virem ao terreno e verificar as situações. Seria bom que as senhoras e os senhores do Governo viessem perguntar às pessoas de Santa Maria de Lamas, de Mozelos, de Nogueira da Regedoura entre outras, se o Colégio de Lamas presta ou não um verdadeiro serviço público de ensino. -----

Desafio a encontrarem uma única voz que diga o contrário. E sabem porquê? Porque o Colégio de Lamas assegura uma boa educação aos nossos filhos.-----



O Colégio de Lamas não diferencia os seus alunos. O Colégio de Lamas acolhe todos os alunos independentemente da sua condição social. Independentemente de eventuais limitações físicas ou psicológicas que os alunos possam ter. -----

Ao longo da sua história, o Colégio de Lamas tem sido uma autêntica escola de portas abertas a toda a comunidade e querer fechá-lo é um ato criminoso para o nosso concelho e para os nossos alunos.-----

Aplicar cegamente estas medidas significa empurrar para o desemprego mais de 30 professores, o que implicará um prejuízo de mais de 2 milhões de euros à Casa do Povo de Santa Maria de Lamas. -----

Aplicar estas medidas significa destruturar a freguesia de Santa Maria de Lamas como a conhecemos. O Colégio sempre foi o principal indutor do desenvolvimento social, económico, cultural e desportivo da freguesia e a sua morte será o definhar para Santa Maria de Lamas.” -----

Usou da palavra o cidadão *Manuel Alçada*, que leu documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“QUE ESCOLA PARA AS CRIANÇAS DE MOZELOS? -----

É consensual que o melhor da nossa terra são as crianças. Vamos permitir que hipotiquem o futuro das nossas crianças com medidas intransigentes, radicais e desastrosas? -----

O problema do Colégio de Lamas não é um problema exclusivo de Santa Maria de Lamas, é um problema que diz respeito a todo o concelho de Santa Maria da Feira e à nossa região, já que é, de há muitos anos a esta parte, uma das mais importantes escolas do nosso concelho e da nossa região.-----

É um problema que afeta todas as freguesias que sempre tiveram como escola de referência a Escola da Casa do Povo de Santa Maria de Lamas. Desde sempre, os alunos de Mozelos, Nogueira da Regedoura e Santa Maria de Lamas tinham inscrição automática no Colégio de Lamas. Talvez por este motivo, nunca a atual Junta de Freguesia reclamou, apesar da dimensão demográfica da freguesia e da sua importância socioeconómica no concelho, a construção de uma EB 2/3 em Mozelos, porque sempre sentimos o Colégio como nosso. -----

Querer fechar, só porque sim, o Colégio de Lamas é algo que tem que inquietar todos os feirenses, em particular aqueles que mais irão sofrer com esta absurda medida do Governo. ----



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

E pergunto: para onde vão os cerca de 500 alunos de Mozelos que frequentam o Colégio de Lamas?-----

Como resolver o drama diário de muitas famílias a assistirem à separação de irmãos, em que um irá para Lamas e o outro não se sabe muito bem para onde, porque tal nunca nos foi dito.--

Como será articulado o sistema de transportes públicos, já de si de oferta deficitária e orientado num só sentido, passando agora para 14 sentidos diferentes?-----

Estas são apenas algumas perguntas que não posso deixar de fazer perante o absurdo que o Governo pretende realizar.-----

Querer fechar o Colégio de Lamas é empurrar os nossos filhos para escolas longínquas, de freguesias de outros concelhos, colocando em causa a envolvente contextual escolar de Santa Maria da Feira. -----

Constatamos que a Junta de Freguesia de Mozelos tem, desde a primeira hora, mantido uma postura forte e intransigente de defesa do Colégio de Lamas, e por isso, saúdo e louvo a sua presença ao lado dos pais nas diferentes manifestações e ações de luta na defesa dos nossos filhos. -----

É altura de dizermos Não a este absurdo que o Governo pretende protagonizar. É altura que todos os Mozelenses saibam defender os interesses da nossa terra e que saibam lutar por uma escola de qualidade.-----

E fazê-lo é defender intransigentemente a sobrevivência do Colégio de Lamas. Defender o Colégio é defender a nossa terra. -----

Por isso, peço à Junta de Freguesia de Mozelos, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal que nos ajudem a defender aquilo que mais prezamos: o futuro das nossas crianças! Avant-garde Portugal!"-----

Usou da palavra o cidadão *Manuel Sousa*, que leu documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PELA DEFESA DA NOSSA ESCOLA -----

É inquestionável o papel da Escola na formação da nossa juventude. Uma escola de qualidade é condição essencial para o garante do sucesso das novas gerações e para a própria sustentabilidade da nossa sociedade. -----

A unanimidade dos indicadores de análise ao setor da educação e do ensino em Portugal



reconhece o esforço que o município de Santa Maria da Feira soube realizar neste setor estratégico. -----

Os resultados obtidos pelo concelho muito se devem ao trabalho realizado pela comunidade educativa local, onde se incluem escolas, professores, pessoal auxiliar, pais e alunos. -----

A rede escolar do município conseguiu fortalecer-se ao longo dos anos, garantindo mais e melhor oferta formativa aos nossos alunos. -----

Se é ponto de honra destacar o papel que a Escola Pública teve em todo este processo de convergência com a excelência, não é menos verdade que se deve sublinhar e destacar o papel desempenhado pelo Colégio de Lamas.-----

O Colégio de Lamas sempre pautou a sua atuação em perfeita harmonia com a denominada Escola Pública, complementando e, não raras vezes, garantindo a oferta formativa de milhares de alunos do concelho. -----

Pretender agora desmembrar a Rede Escolar de Santa Maria da Feira, da qual o Colégio de Lamas faz parte integrante por direito próprio adquirido ao longo da sua história, é fazer perigar o Ensino de Qualidade no nosso concelho; é defraudar as legítimas expetativas da nossa população e negar às gerações mais jovens o direito de percorrer um trajeto educativo assente na qualidade. -----

Nada nos move contra as outras escolas públicas. Apenas defendemos a continuidade do serviço público no Colégio de Lamas. -----

Hoje, o Colégio de Lamas é um Colégio para todos, sejam ricos ou pobres. Sejam ou não portadores de deficiência. É um Colégio que não discrimina ninguém. É um Colégio que inclui, acrescenta valor e semeia valores nos seus alunos. Um Colégio que nos deixa a nós, pais, descansados, pois sabemos que os nossos filhos estão bem entregues, porque o Colégio é uma extensão da nossa casa e faz parte da nossa família.-----

A Casa do Povo de Lamas, apoiada pelos anteriores governos, conseguiu construir um Colégio para o povo, mas hoje o nosso Colégio, por ação deste Governo está a ser empurrado para uma situação em que será apenas uma escola para os filhos de famílias ricas. -----

Sabem quantos professores da escola do Estado têm os seus filhos a estudar no Colégio de Lamas? Várias dezenas.-----

O Colégio de Lamas sempre prestou e presta um serviço público gratuito e de qualidade. Queremos que a nossa Escola seja uma escola do Povo e para o Povo e não abrimos mão da



nossa Escola.” -----

O cidadão Manuel Sousa, após a leitura do documento, prosseguiu a sua intervenção dizendo que os pais e os encarregados de educação não andam com os olhos tapados e que se escolhem o Colégio de Lamas é porque confiam nele, comentando que não vão deixar os seus filhos em qualquer lado.-----

Dirigindo-se ao membro Moisés Ferreira, do BE, questionou porque o mesmo não foi visitar o Colégio de Lamas uma vez que andou a visitar outras escolas do Concelho – *momento em que se ouviu uma voz vinda do público a dizer que a direção da escola não deixa os elementos do BE entrar naquelas instalações* –, ao que o cidadão Manuel Sousa disse que tal não correspondia à verdade, disponibilizando-se para receber os elementos do BE no Colégio de Lamas, na segunda-feira seguinte, caso os mesmos desejassem visitar aquela escola, comentando que os receberia com todo gosto e que não precisaria de pedir permissão à Sra. Diretora da escola para o fazer. -----

Referiu que a deputada municipal Margarida Gariso foi visitar o Colégio de Lamas e que ninguém lhe fechou a porta, ressaltando que não estaria a cometer nenhuma inconfiência ao revelar que a deputada Margarida Gariso disse, nessa visita, ser natural de Santa Maria de Lamas, que estudou no Colégio de Lamas e que o mesmo tem um ensino de qualidade – ao que a deputada municipal *Margarida Gariso* retorquiu, a partir do seu lugar, dizendo que isso era verdade e que ninguém estava a por em causa a qualidade do ensino do Colégio de Lamas. O cidadão *Manuel Sousa* concluiu a sua intervenção dizendo que, enquanto pai e representante da associação de pais, apelava encarecidamente à Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, para que se sentassem à mesa e defendessem a boa escola, seja pública ou pública com gestão privada, como é o Colégio de Lamas, que despissem a camisola política e olhassem para o bem do Concelho, para o bem das escolas de Lourosa, de Argoncilhe, de Paços de Brandão, do Colégio de Lamas e das outras escolas, frisando acreditar que o Concelho tem lugar para toda a escola que seja de qualidade.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para prestar uma informação na sequência da questão colocada pela cidadã Marta Carvalho sobre se a Câmara Municipal tinha sido ouvida no âmbito deste processo. Informou que a Câmara ainda não foi ouvida, fazendo notar que a



Câmara pediu uma reunião com o Sr. Ministro para se pronunciar mas que, até ao momento, tal não aconteceu, dizendo esperar que a Câmara fosse ouvida pelo Governo sobre a matéria.--

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por salientar que o tema é muito complexo e que desperta paixões, reconhecendo que a Casa do Povo é uma instituição extremamente importante para Santa Maria de Lamas, que desempenha um papel social extraordinário que não pode ser ignorado. -----

Disse contudo que, ao longo do tempo, foram tomadas decisões que não podem ser ignoradas, que não terão sido ajuizadas, referindo ter dúvidas quanto à decisão, por exemplo, da construção de uma piscina olímpica no Colégio de Lamas, quando era muito questionável se a rentabilidade iria estar, ou não, assegurada. Referiu que é preciso ponderar muito bem aquilo que se diz, comentando que o assunto não é tão monocromático como se estava a querer colocar. -----

Sobre o que é dito em relação à despesa pública afirmou saber que os dados apresentados são, em termos absolutos, corretos, sublinhando contudo que quando se coloca a questão entre manter as coisas ou proceder a uma reorganização da rede escolar existe, de facto, uma poupança de custos com a reorganização dado que existem custos fixos, nas escolas que receberão esses alunos, que vão ser reaproveitados, frisando que essa realidade não pode ser negada. -----

Referiu que os impostos não são uma espécie de conta corrente que as pessoas têm com o Estado para usar a seu belo prazer, realçando que os impostos são um instrumento de política social que o Estado tem ao seu dispor para poder fazer política social. Disse concordar que o governo português, através do Ministério da Educação, deveria ter vindo ao terreno para ouvir os intervenientes, salientando que houve um litígio político que não pode ser ignorado e esquecido. -----

Frisou ser possível discutir os pressupostos e a forma como o estudo foi feito, discutir se os 10 quilómetros são aceitáveis, mas que considera que o princípio base não pode, nem deve, ser discutido porque permite realocar melhor os fundos públicos, comentando que a reorganização da rede pública de educação é uma realidade que, devido ao excesso de capacidade instalada face à procura existente, teria de acontecer agora ou no futuro. Disse ser nesse aspeto que vai querer ver qual a posição do PSD, que vai querer ver se o PSD se vai



290

G

KA

colocar totalmente ao lado do Colégio de Lamas ou ao lado da escola pública, realçando que, nessa altura, o PSD terá de decidir por uma coisa ou outra. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Daniel Gomes referiu que gostaria que a situação não estivesse a ocorrer, que também é de Santa Maria de Lamas e sabe a importância que o Colégio tem para a sua freguesia e para o seu concelho, sublinhando contudo que, para além de lamacense é feirense, é português, pelo que não pode decidir de forma cega quando sabe o que é melhor para o país, como um todo, apesar de tal decisão prejudicar a sua terra. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer, sobre a oportunidade para visitar o Colégio de Lamas, que teria muito gosto em fazê-lo, ressaltando que poderia ter tido esse gosto no passado uma vez que o BE esteve disponível para um debate de opiniões a ocorrer no Colégio de Lamas, exatamente sobre os contratos de associação, mas que esse debate foi cancelado à última hora, mostrando que a liberdade de escolha não é necessariamente liberdade de opinião. -----

Salientou que, no entanto, teve a oportunidade de visitar outras escolas do Concelho e que aprendeu bastante nessas visitas, que aprendeu que a escola de Lourosa tem perdido alunos; que a direção dessa escola solicitou ao BE a revisão dos contratos de associação porque estavam a perder turmas; que aprendeu que na escola de Fiães há capacidade para mais turmas do secundário; que aprendeu que na escola de Paços de Brandão há capacidade para mais 4 ou 5 turmas de cada início de ciclo, portanto, 5.º e 7.º ano, cumulativamente; que aprendeu que na escola de Santa Maria da Feira há capacidade para mais turmas do secundário; e que aprendeu que todos os diretores de agrupamentos foram chamados a Lisboa exatamente para manifestarem a disponibilidade existente nessas escolas. -----

Referiu que a questão é relativamente simples, realçando que a escola pública é financiada pelo público, pelos impostos de todos, salientando que onde a resposta dada pela escola pública é insuficiente há lugar a contratos de associação, onde é suficiente não há lugar a contratos de associação porque a escola pública é de qualidade, tem bons professores, tem bons profissionais e forma bem, acrescentando que foi a escola pública que, através da educação que deu, fez com que Portugal passasse de um país de desigualdades a um país onde essas desigualdades se esbateram. -----

Disse ter também aprendido que, nos últimos anos, o agrupamento de Paços de Brandão



col

A

ky

alertava sistematicamente o Ministério da Educação para o facto de estar a perder alunos consecutivamente, pondo em risco a própria EB 2,3 de Paços de Brandão, e ter aprendido que o Ministério da Educação não respondia e que arquivava as cartas desse agrupamento, fazendo notar que o atual governo foi dar, por acaso, com essas cartas.-----

Referiu que havia uma estratégia ideológica do anterior governo, de esvaziar o público para financiar o privado, mas que não é isso que o atual governo quer, destacando que o atual governo quer uma escola para todas e para todos, de qualidade, com bons profissionais, quer uma rede pública de escolas que garanta o acesso rápido a todas as crianças, e quer uma escola onde o investimento é necessário pelo que é preciso cortar nas redundâncias.-----

Disse não duvidar que os encarregados de educação não estão de olhos fechados, mas que temia que os mesmos se estivessem a deixar levar por partidarites – *momento no qual o público se manifestou, tendo o Sr. Presidente da Assembleia pedido ao público, uma vez mais, para que não o fizesse.* -----

O membro Moisés Ferreira prosseguiu dizendo haver algumas questões importantes ressaltar, salientando, em primeiro lugar, que ninguém seria expulso do Colégio de Lamas dado que as escolas que estão com contrato de associação assim continuarão até ao fim do ciclo. -----

Disse, em segundo lugar, que se ouviu dizer muita boataria sobre o assunto dos transportes dos alunos, fazendo sobressair que esses são garantidos, que é incumbência do Presidente da Câmara garanti-los, pelo que se não têm estado a ser garantidos é preciso assacar as culpas a quem as tem. -----

– *Perante nova manifestação do público que provocou a interrupção da intervenção do membro Moisés Ferreira, o Sr. Presidente da Assembleia insistiu para com o público para que não se manifestasse. Realçou, a propósito, que a deputada municipal Carla Pinto vinha sistematicamente ferindo a Mesa, através de apartes, no âmbito das manifestações que o público vinha fazendo, no sentido de que o mesmo fosse expulso da sala, questionando à Sra. deputada municipal Carla Pinto se queria usar da palavra para fazer essa proposta à Assembleia, realçando que a Mesa não iria fazer essa proposta. Verificando que a mesma não quis usar da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia devolveu a palavra ao membro Moisés Ferreira, pedindo-lhe que terminasse a sua intervenção.* -----

O membro **Moisés Ferreira**, concluindo a sua intervenção, lamentou as interrupções de que foi alvo, dizendo não haver nada que mova o BE contra os alunos nem nada que mova o BE



contra os encarregados de educação, frisando ser exatamente por isso que aquilo que o BE pretende é garantir qualidade na educação, ressaltando que essa qualidade é a escola pública. -

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que, mesmo sendo o líder do grupo municipal do PSD, não efetuou intervenções ao longo da sessão por uma questão de respeito para com as pessoas do público que vieram a esta assembleia por causa do assunto do Colégio de Lamas, não tendo rebatido, para poupar tempo, nada do que foi dito quando seria normal que o tivesse feito. -----

Referiu considerar normal aquilo que disse o membro Moisés Ferreira por ser uma questão ideológica, salientando que no entender do BE o que é público é bom e o que é privado não presta, frisando, contudo, não ser o público ou o privado que está em causa mas sim o serviço público ser prestado por A, B ou C, e serem os alunos e encarregados de educação a poder escolher se querem A, B ou C. -----

Disse considerar muito mais grave aquilo que disse o membro Daniel Gomes, do PS, salientando não perdoar que o mesmo tenha falado na gestão dos impostos quando está mais do que provado que as turmas do privado ficam mais económicas ao Estado do que as das escolas públicas. -----

Salientou que o membro Daniel Gomes teve ainda o descaramento de criticar grandes investimentos que foram feitos pelo Colégio de Santa Maria de Lamas quando os mesmos foram feitos para servir os alunos que frequentam esse colégio, para não dizer que foram feitos para servir a comunidade uma vez não conhecer essa realidade e só querer falar daquilo que conhece. -----

Disse que, perante o que referiu, perguntava quem sai prejudicado de todo o processo, questionando se não é serviço público a Casa do Povo utilizar os lucros resultantes da boa gestão do Colégio para fazer bem público. -----

Referiu conhecer bem as duas realidades, a escola pública e a escola privada, que nada tem contra nenhuma delas, frisando que aquilo que defende é a boa escola, a boa educação, fazendo sobressair que serão as pessoas com menores recursos económicos a sair prejudicadas com o fecho do Colégio de Lamas porque terão de se sujeitar a por os seus filhos a estudar o mais perto possível de casa. -----

Sublinhou que os lucros, escassos ou elevados, que a Casa do Povo possa obter através do



funcionamento do Colégio serão utilizados em ação social, salientando ser absolutamente impensável que alguém que se diz em defesa dos desfavorecidos venha atacar precisamente esses, salvaguardando os que têm capacidade económica para escolher o local onde querem por os seus filhos a estudar, realçando que a demagogia dentro da ideologia dessas pessoas leva-as a reagir desse modo.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro José Manuel Leão disse que apesar do Moisés Ferreira discursar de tal maneira que poderia ser sacerdote, não consegue convencer muita gente, nomeadamente do Concelho de Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que os feirenses têm os olhos bem abertos e os ouvidos bem atentos àquilo que dizem e propõem os partidos com representação nesta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que enquanto uns defendem a escola pública ele defende o serviço público, destacando que foi o serviço público que permitiu que as pessoas de Santa Maria de Lamas e arredores tivessem, ao longo de 40 anos, recebido educação com qualidade, frisando que quando o Estado não teve capacidade de fazer serviço público houve alguém que assumiu essa função.-----
Realçou que o serviço público é muito mais do que a escola pública, do que a saúde pública e do que a intervenção pública, destacando que as escolas com contrato de associação também fazem serviço público e que são instituições que ao, longo de décadas e em nome do Estado, têm cumprido obrigações do próprio Estado quando o mesmo não teve a capacidade para o fazer. Referiu que não estava a falar de determinados colégios privados, como o Colégio Alemão e outros, que auferem zero do Estado porque são claramente serviço privado.-----
Questionando o que é serviço público, realçou ser essa a questão que deveria ser discutida, dizendo que ter medidas avulsas, cegas e barradas pela ideologia dá em suprimir aquilo que é serviço público, dá em pensar que só existe a escola pública, ou a saúde pública, ou tudo o que é público, salientando que essa perspetiva não tem nexos, é demagógica e claramente ideológica, questionando se aquilo que se pretende é suprimir o serviço público.-----
Disse ser claramente demagogia dizer que não se pode continuar a fazer aquilo que é serviço público e, ao mesmo tempo, dizer que os impostos de uns são menores do que os impostos de outros e dizer que se pode aumentar a despesa pública dado que, afinal, a Câmara terá de aumentar a sua despesa uma vez que terá de pagar o transporte de mais alunos.-----



009
1

Referiu que, para além do aumento da despesa pública que a Câmara vai ter com os transportes, vai aumentar, também, a despesa na requalificação das escolas, que é investimento público, pelo que, ao fim ao cabo, vai-se aumentar aquilo que se quer cortar no serviço público. -----

Sublinhou que os milhões de euros investidos no Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, fornecidos pelo Estado, foram para que o Colégio prestasse um serviço público que o Estado não foi capaz de assumir, reafirmando que esse dinheiro proveio dos impostos de todos, e não de alguns, por muito que isso custe a algumas pessoas ouvir. Disse que esse procedimento existiu ao longo de décadas, que não foram somente os governos de direita, do PSD e CDS-PP, a fazerem-no, frisando que os governos do PS também o fizeram. -----

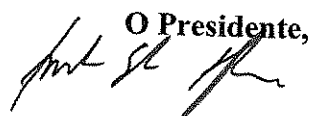
Questionou o que mudou em relação a 2005 ou 2011, se nessas alturas também não havia necessidade, lembrando que foi uma ministra socialista que começou com imensos cortes, sugerindo aos que não se lembrassem dessa ministra que fizessem um exercício de memória ou que fossem pesquisar. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Válder Amorim frisou que o que está em causa é o serviço público, que é isso que deve ser discutido, dizendo não se poder continuar a pactuar com aqueles que querem confundir uma instituição pública com instituição com contrato de associação e serviço público, porque ambas fazem a mesma coisa, ou seja, serviço público. ----

Sáiram, no decorrer do Período de Intervenção do Público, os membros Margarida Alfama, Maria Manuela Teixeira, Sérgio Cirino e Valdemar Silva. -----

Após dar por encerrado o Período de Intervenção do Público, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 24 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,




O 1.º Secretário,

António José Feitor de Sá

O 2.º Secretário,

Mário José de Sá
